

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE LETRAS — FALE
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM LETRAS

JOÃO HENRIQUE CASARA BORGES

A PRESENÇA DO PARADOXO NO USO DA LINGUAGEM: UMA ABORDAGEM
UTILIZANDO A TEORIA DOS BLOCOS SEMÂNTICOS

Porto Alegre
2012

JOÃO HENRIQUE CASARA BORGES

A PRESENÇA DO PARADOXO NO USO DA LINGUAGEM: UMA ABORDAGEM
UTILIZANDO A TEORIA DOS BLOCOS SEMÂNTICOS

Dissertação apresentada para
obtenção do grau de mestre
em Letras pela Pontifícia
Universidade Católica do Rio
Grande do Sul

Orientadora: Dr. Leci Borges Barbisan

Porto Alegre
2012

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

B732p Borges, João Henrique Casara
A presença do paradoxo no uso da linguagem : uma abordagem utilizando a Teoria dos Blocos Semânticos / João Henrique Casara Borges. – Porto Alegre, 2011. 105 f.

Diss. (Mestrado) – Fac. de Letras, PUCRS.
Orientadora: Profa. Dr. Leci Borges Barbisan.

1. Linguística do Texto. 2. Análise do Discurso.
3. Argumentação. 4. Semântica. 5. Paradoxo.
I. Barbisan, Leci Borges. II. Título.

CDD 418.2

Bibliotecária Responsável: Dênira Remedi – CRB 10/1779

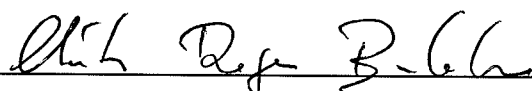
JOÃO HENRIQUE CASARA BORGES

**A PRESENÇA DO PARADOXO NO USO DA LINGUAGEM:
UMA ABORDAGEM UTILIZANDO A TEORIA DOS BLOCOS SEMÂNTICOS**

Dissertação apresentada como requisito para obtenção do grau de Mestre, pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Faculdade de Letras da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Aprovada em 5 de janeiro de 2012

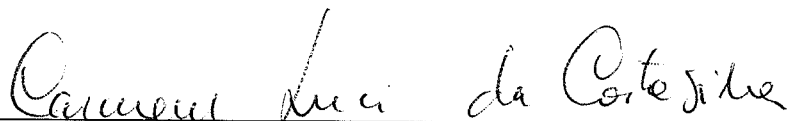
BANCA EXAMINADORA:



Prof. Dr. Cláudia Regina Brescancini - PUCRS



Prof. Dr. Ernani César de Freitas – FEEVALE



Prof. Dr. Carmem Luci da Costa Silva - UFRGS

Àquele que por dois anos
dedicou-se de forma integral a
este projeto.

AGRADECIMENTOS

Este é o momento mais íntimo de qualquer trabalho acadêmico, e mais do que isso é o momento em que a vida se faz presente na academia.

Acima de tudo meus mais sinceros agradecimentos aos meus pais que sempre me apoiaram de todas as formas possíveis na corrida a essa difícil linha de chegada, e também a minha avó Dorinda, minha adorada tia Leda e meu falecido avô Nadir Romeu Casara, que foi a pessoa que me ensinou os princípios da vida.

Para que essa corrida fosse bem sucedida não poderiam nos faltar os mestres. Desde o início de meus estudos sobre enunciação, a professora Leci Borges Barbisan foi uma grande amiga e orientadora, sempre estando presente mesmo quando o tempo parecia terminar primeiro que nossa corrida à linha de chegada. Ainda outros professores foram parte crucial nessa corrida em especial a professora Cristina Perna, que desde a graduação é presença na minha vida acadêmica, e também nos momentos onde ocorre a intersecção com a vida pessoal.

Os colegas do grupo de pesquisa, o Núcleo de Estudos do Discurso, foram fundamentais para o crescimento acadêmico. As discussões nas reuniões, estudos em conjunto, momentos nos corredores e almoços, serviram para perceber que existem diferentes pontos de vista, mostrando que a linha de chegada é a mesma, mas a forma de correr é variada.

Não seria justo terminar esse momento sem citar as pessoas que sempre estiveram presentes na corrida como amigos fraternos. À Daniel Souza da Silva, Diogo Jardim Quirim, Felipe Prolo, Luana Tavares de Sousa, Meg Kopczynski, Natacha Boschi, Rodrigo Spinelli dos Santos, Tiego Rocha Rabello e Wesley Augusto Fuzinato. Esse grupo de amigos pensadores, conversadores e animadores, proporcionou momentos inesquecíveis e inigualáveis de conversas sobre linguagem, história, filosofia, sociologia entre outros assuntos que colaboraram para a evolução pessoal, e logo, também para a acadêmica. Sem esquecer, é claro, de Pâmela Nataline de Oliveira Camacho por ser a única salvação nos momentos difíceis.

E quando a linha de chegada for atravessada só nos restará guardar as lembranças da corrida e se preparar para a próxima.

*Se você vai tentar, vá até o fim
caso contrário, nem comece.
Essas palavras que escrevo
me protegem da completa
loucura.*

Charles Bukowski

RESUMO

Esta dissertação analisa o paradoxo de acordo com a Teoria dos Blocos Semânticos, que vem sendo desenvolvida por Marion Carel e Oswald Ducrot e é o momento atual da Teoria da Argumentação na Língua. Também são trazidos alguns dos pensamentos de Émile Benveniste que podem se relacionar de forma proficiente com a teoria usada, em especial a ideia de signo vazio. Também é importante salientar que utilizamos os estudos de Ferdinand de Saussure como base teórica, pois as teorias aqui estudadas derivam dos estudos desse linguista. Fizemos aqui reflexões sobre esses autores, tendo como objetos de análise paradoxos encontrados em manifestações textuais da língua. Nossas análises são restritas à língua, ou seja, estudamos como o linguístico constrói o sentido (seja em palavras, sintagmas ou textos mais longos como crônicas), não estudamos o extralinguístico, pois isso é objeto de outras áreas do conhecimento. Os estudos feitos aqui mostraram a existência de duas formas de paradoxo: estruturais e contextuais. Os paradoxos contextuais são definidos como dependentes do contexto para serem reconhecidos como paradoxos e os paradoxos estruturais não têm essa necessidade. As análises mostraram que objetos como palavras e sintagmas são menos complexos do que textos, e os paradoxos ali encontrados são, de modo geral, estruturais. Os textos mais longos apresentaram paradoxos contextuais, pois temos um número maior de informações que acabam por construir sentidos mais complexos.

PALAVRAS-CHAVE: Teoria dos Blocos Semânticos, signo linguístico, relação, signo vazio, paradoxo.

ABSTRACT

The following paper analyzed the paradox according to the Semantic Blocks Theory that was created, and still being studied, by Marion Carel and Oswald Ducrot. This theory is the current moment of the Language Argumentation Theory. We studied some parts of the papers written by Émile Benveniste that can be related in a proficient level, especially the idea of the empty sign, to the theory we are studying. We are studying Ferdinand de Saussure, because his studies are very important to the theories we used in this paper. We also thought about these authors, aiming the analyzes of paradoxes found in textual manifestations of the human language. Our analyzes are restricted to the language itself, leaving the non linguistic aspects out. The structure of this paper contains a theory chapter, including personal reflections, and on the following chapter we studied paradoxes, first according to the authors studied, and then using their ideas and concepts combined our reflections to propose a new way to analyze them.

KEYWORDS: Semantic Blocks Theory, linguistic sign, linguistics relations, empty sign, paradox.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Quadrado argumentativo.....	44
Figura 2 – Representação em forma de quadrado argumentativo de BS1	45
Figura 3 – Representação em forma de quadrado argumentativo de BS2	45
Figura 4 – Relação das argumentações com a entidade	49
Figura 5 – Relação das formas vazias com as argumentações externas	53

Lista de abreviações

A — argumento (Ducrot, 2009)

C — conclusão (Ducrot, 2009)

ANL — Teoria da Argumentação na Língua

TBS — Teoria dos Blocos Semânticos

A, B, X e Y — segmentos usados para a construção dos encadeamentos

CON — conector

CON' — conector inverso a CON

DC — do francês *donc* (expressa normatividade em um encadeamento)

PT — do francês *pourtant* (expressa transgressividade em um encadeamento)

BS1 — bloco semântico 1

BS2 — bloco semântico 2

e — entidade linguística

H — do espanhol *hecho*

AI — argumentação interna

AE — argumentação externa

Sumário

Introdução.....	10
1 Da enunciação ao paradoxo.....	14
1.1 Alguns conceitos de Saussure	15
1.2 A nota sobre o discurso	20
1.3 Estudos de Benveniste.....	21
1.3.1 Reflexão sobre as formas vazias.....	28
1.4 Teoria da Argumentação na Língua	31
1.4.1 Noção de argumentação na língua e noções implicadas.....	31
1.5 A Teoria dos Blocos Semânticos.....	38
1.5.1 O paradoxo na ANL	49
1.6 Reflexões sobre a ANL.....	52
1.7 Breve aproximação entre Benveniste e Ducrot	53
2 O paradoxo em palavras, sintagmas e enunciados	57
2.1 Palavras paradoxais	57
2.2 Sintagmas paradoxais	61
2.3 Enunciados paradoxais	67
3 Análise de paradoxos em textos.....	75
3.1 Maluco Beleza	75
3.2 Patricinha fascista.....	80
Considerações finais	100
Referências.....	103

Introdução

Pretendemos aqui estudar o paradoxo do ponto de vista da semântica, mais especificamente de teorias enunciativas, ou seja, trabalharemos com essa noção no linguístico sem buscar informações ou contextos que não estejam expressos nos enunciados. Acreditamos que essa forma de trabalho é válida, pois analisa um recorte significativo da linguagem humana, os enunciados. Podemos tratar de diferentes formas a linguagem humana, entretanto concluímos que a abordagem puramente linguística é a que melhor encaixa-se em nosso trabalho.

Trataremos do que está expresso no enunciado, não levando em consideração seus contextos, tanto históricos quanto sociais, pois isso cabe a outras áreas do conhecimento que não a linguística. Também não tentaremos analisar uma possível intenção do sujeito empírico, a saber, o ser do discurso. Não nos interessa o sujeito empírico, apenas o locutor, ou seja, o produtor linguístico dos enunciados. Deixamos de lado o estudo sobre o sujeito empírico, porque um estudo que abarcasse essa questão seria produto de outra área do conhecimento, não uma menos válida do que a proposta aqui, no entanto, diferente. Mais uma vez deixamos claro que essa é uma escolha teórica arbitrária, outras formas poderiam ter sido escolhidas, no entanto, quando trabalhamos com o texto, é importante que se tenha ideias esclarecidas sobre o que ali está escrito, para depois podermos tentar uma análise que vá além do texto.

O objetivo geral deste trabalho é estudar o paradoxo de acordo com a Teoria dos Blocos Semânticos, pois acreditamos que este tema foi pouco aprofundado até o momento, visto que ainda existe pouca bibliografia disponível. Devido à baixa quantidade de bibliografia, poucos estudos foram feitos considerando o paradoxo. Em pesquisa por bibliotecas e meios virtuais foram encontrados não mais do que cinco artigos utilizando o conceito do paradoxo, demonstrando, assim, que este tema ainda pode render bons estudos que contribuam para a teoria referida.

De forma mais aprofundada, construímos os objetivos específicos. Queremos aqui corroborar com os estudos já propostos sobre o paradoxo e ir mais além propondo uma nova forma de observação que aponta para o estudo do contexto como constituinte para que uma entidade linguística seja considerada paradoxal. Por

contexto, entenda-se o contexto meramente linguístico sem a utilização de informações extra linguísticas, ou seja, estudaremos o que cerca a entidade paradoxal na enunciação, sejam as palavras que a rodeiam ou enunciados que a acompanham. Queremos salientar, também, que esta dissertação dará continuidade aos estudos iniciados no trabalho de conclusão de curso de graduação “A construção do sentido em *Pão de cada dia* de Gabriel, o Pensador à luz da Teoria dos Blocos Semânticos”. Naquele trabalho demos início aos estudos sobre a teoria utilizada também no presente trabalho. É interessante relembrar as últimas frases da conclusão daquele trabalho:

[as conclusões] se firmaram analisando apenas os códigos lingüísticos contidos nos enunciados; desde os itens lexicais até as expressões, e passando pela utilização dos conectores. Isso confirma a hipótese inicial de que não necessitamos da interpretação pessoal para compreender um texto. Basta ter o conhecimento de alguns conceitos de teorias sobre lingüística textual. (Borges, 2009, p. 46)

Percebemos que a ideia contida nesse parágrafo é a mesma que defendemos aqui: o estudo da argumentação no linguístico. No entanto, algumas ideias foram melhor lapidadas, por exemplo, estudamos, na verdade, teorias enunciativas e não teorias da linguística textual.

Para trabalhar com o paradoxo, escolhemos a Teoria dos Blocos Semânticos (TBS). Essa teoria postula que as ideias se encadeiam com a utilização de conectores formando uma dependência de ambas as partes. Para se estudar a Teoria dos Blocos Semânticos, é preciso ter o conhecimento da Teoria da Argumentação na Língua, sendo assim também a estudaremos neste trabalho, principalmente seus conceitos fundamentais (que serão apresentados mais adiante). Esses conceitos são postulados a partir dos estudos saussurianos sobre a linguagem, por isso iniciaremos a fundamentação teórica por Saussure e suas ideias de signo linguístico, valor e relação.

Além de Saussure e da TBS, estudaremos também alguns dos artigos de Benveniste. Seus estudos sobre a enunciação são muito validos, especialmente para este trabalho, uma vez que neles temos um esboço de uma teoria que trata da enunciação. Benveniste aponta como integrantes da enunciação *espaço*, *tempo* e

peessoa. Conjugados, esses aspectos, formam parte da enunciação. Neste trabalho estudaremos principalmente *tempo* e *peessoa*. Além disso, também trata dos conjuntos de regras que conduzem à enunciação, chamando-os de *formas*. Esses conceitos são importantes para estudos enunciativos de modo geral, e outro conceito que nos interessa muito neste trabalho, que é a ideia de signo vazio. Segundo Benveniste, este seria um signo que não possui sentido quando deslocado da enunciação, porém iremos debater essa ideia ao longo do trabalho por considerá-la importante para a questão do paradoxo.

O trabalho se estrutura da seguinte forma. No primeiro capítulo será feita uma retomada das teorias que consideramos importantes para este trabalho, porém as teorias não serão apresentadas em sua integralidade, mas sim apenas os conceitos fundamentais e que serão relevantes aqui. Utilizaremos como norte o linguista genebrino Ferdinand de Saussure que fez apontamentos extremamente importantes sobre os estudos linguísticos a partir de seu Curso de Linguística Geral. O passo seguinte é a apresentação de alguns textos teóricos de Émile Benveniste, que são artigos encontrados em seus dois volumes de *Problemas de Linguística Geral*. Os textos utilizados buscam compreender a forma como Benveniste vê a enunciação, como ele descreve o funcionamento da enunciação humana. E no terceiro momento dessa fundamentação teórica, teremos o que mais consideraremos para as análises, a Teoria dos Blocos Semânticos, que é o momento atual da Teoria da Argumentação na Língua, que tem como seu principal defensor e criador o francês Oswald Ducrot.

Ao longo do primeiro capítulo, teremos alguns momentos que apresentarão reflexões que não estão presentes nas obras desses autores. Serão pensamentos que surgiram nos estudos, ou em discussões com colegas ou em reflexões decorrentes dos estudos acadêmicos. Pretendemos também fazer uma aproximação entre a teoria de Benveniste e a de Ducrot para criar uma metodologia de análise do paradoxo que seja proveitosa tanto para este trabalho.

Após a fundamentação teórica, apresentaremos análises daquilo que consideramos paradoxos de acordo com as teorias estudadas. As análises serão divididas em dois capítulos. No segundo capítulo da dissertação — o primeiro de análises — trataremos do estudo de paradoxos em palavras, sintagmas e

enunciados. Ducrot e Carel trabalharam o paradoxo desta forma, o que pretendemos neste capítulo é corroborar com seus estudos.

No terceiro capítulo, iremos trabalhar com o paradoxo em objetos mais amplos. Trataremos do estudo de uma música e de uma crônica. O que se pretende nesse capítulo é estudar como o paradoxo aparece em objetos mais longos, como textos. Acreditamos que certos paradoxos só podem ser compreendidos como paradoxos quando se faz uma análise ao longo de um texto, ou seja, paradoxos que necessitem de um contexto para serem compreendidos como tal.

Esperamos identificar um tipo de paradoxo que seja dependente do contexto, por isso escolhemos os objetos que estarão presentes no terceiro capítulo. A noção de signo vazio de Benveniste, juntamente com a ideia de orientação, presente nos estudos de Ducrot, parece levar ao caminho desejado.

1 Da enunciação ao paradoxo

A fundamentação teórica deste trabalho pode ser dividida em três grandes partes. No primeiro momento trataremos de Saussure, depois de Benveniste e, por fim, da Teoria dos Blocos Semânticos. O início pelos estudos de Saussure se faz necessário devido à sua importância na área dos estudos linguísticos, e também porque alguns de seus conceitos serão utilizados na Teoria da Argumentação da Língua, que origina a TBS. Os conceitos saussurianos aqui revistos serão principalmente os de relação e signo linguístico, bem como o de valor linguístico.

A enunciação acontece na utilização da língua pelos falantes, e isso ocorre devido às relações entre os valores dos signos. Esses conceitos, que serão aprofundados a seguir, parecem fundamentar o conceito de enunciação, apesar de Saussure não utilizar em seus estudos a palavra “enunciação”, acreditamos que esses conceitos servem como base para estudos enunciativos. Também traremos nesse capítulo a Nota sobre o discurso, de Saussure. Encontramos nessa nota a ideia de que o discurso é a relação entre conceitos isolados, e essa relação é feita pelos falantes. A Nota também será estudada na sequência desse capítulo. Por hora, quisemos apenas demonstrar como esses conceitos corroboram com os estudos enunciativos que serão feitos neste trabalho.

Depois dos conceitos saussurianos trabalharemos com alguns artigos de Benveniste: A linguagem e a experiência humana, O aparelho formal da enunciação, Da subjetividade na linguagem. Nesses textos encontraremos conceitos fundamentais para o discurso, como *pessoa* e *tempo*. Quando falamos em discurso, podemos entender também a enunciação de modo geral, pois enunciação e discurso estão intrinsecamente ligados. O mecanismo de produção do discurso, e o emprego das formas consistem em um aprofundamento que consideramos fundamental para nosso trabalho. O falante utiliza a língua da maneira como lhe é mais proveitosa para estabelecer comunicação, ou seja, de uma forma, também, subjetiva. Quando Benveniste coloca os conceitos de *pessoa* e *tempo*, percebemos a enunciação, pois temos um determinado locutor que se expressa em determinado tempo, utilizando os recursos linguísticos disponíveis. Isso reforça as ideias saussurianas de relação, bem como as aprofunda e, também, serve como porta de entrada para os estudos sobre a TBS.

Além destes conceitos que revisaremos sobre Benveniste, a ideia do signo vazio, também é necessária para este trabalho, pois é através dela que pretendemos entender o paradoxo no uso da linguagem. Quando ao signo vazio, pretendemos fazer algumas novas reflexões.

Ao revisarmos Saussure e Benveniste, estaremos fazendo um percurso histórico nos estudos sobre o modo de ver a expressão da linguagem pelos falantes, o que nos encaminhará para o terceiro momento desta fundamentação teórica, ou seja, a TBS. Entretanto, para compreendermos a TBS, passaremos pela Teoria da Argumentação na Língua. A TBS é o terceiro momento da ANL, e o momento final dos estudos sobre enunciação nesta dissertação. Os estudos de Ducrot, e posteriormente em conjunto com Carel, servirão para as análises propostas nos capítulos seguintes.

Além da aplicação da metodologia da TBS nos objetos selecionados para nosso estudo, os conceitos de Benveniste serão fundamentais tanto para as análises quanto para as reflexões sobre os resultados. Alguns dos conceitos fundamentais que serão revistos e estudados nesse capítulo são as Argumentações Interna e Externa e suas relações na enunciação, que serão entendidas com a interdependência semântica, formando assim encadeamentos argumentativos que darão origem a blocos semânticos. Esses são conceitos fundamentais para o estudo dos paradoxos que é o cerne do nosso trabalho. A questão dos paradoxos ainda não teve maiores aprofundamentos na TBS, e queremos aqui fazer novas reflexões e propostas. Acreditamos que os estudos de Benveniste podem colaborar para o entendimento do paradoxo no linguístico e a sequência do capítulo busca compreender o percurso para se chegar à TBS e, mais especificamente, à questão do paradoxo.

1.1 Alguns conceitos de Saussure

No CLG, Saussure define a língua como o objeto a ser estudado pela ciência da linguagem. Nesse momento acontece a separação entre a parte individual da linguagem, que é denominada *fala*, e a parte social que é chamada de *língua*. Essa divisão não significa que a língua tenha uma importância maior do que a fala,

apenas mostra que Saussure iniciou seus estudos por este viés, definindo assim o seu objeto para instituir a linguística como ciência que estuda a linguagem. Entretanto é importante frisarmos que essa é a ideia que estava em voga até o descobrimento¹ da Nota sobre o Discurso, pois nessa nota, compreenderemos que na verdade Saussure não separa língua de fala.

Nesta parte da fundamentação teórica, iremos tratar dos conceitos saussurianos que serviram de base para estudos posteriores e, conseqüentemente, contribuem com os estudos de Benveniste, Carel e Ducrot. Um dos conceitos fundamentais para os estudos linguísticos é o do signo linguístico. Segundo Saussure:

O signo linguístico não é uma coisa e uma palavra, mas um conceito e uma imagem acústica. Esta não é o som material, coisa puramente física, mas a impressão (*empreinte*) psíquica desse som, a representação que dele nos dá o testemunho de nossos sentidos; tal imagem é sensorial e, se chegarmos a chamá-la “material”, é somente nesse sentido, e por oposição ao outro termo da associação, o conceito, geralmente mais abstrato. (Saussure, 2006, p. 80)

O signo linguístico, assim, é uma “entidade psíquica de duas faces” (Saussure, 2006, p. 80). O conceito é mais adiante chamado de *significado* e a imagem acústica de *significante*. Dentro da ideia de signo linguístico, temos a arbitrariedade como fator importante. Uma sequência de sons não apresenta uma relação interior com a ideia à qual se relaciona no signo. Um conceito (significado) pode ser representado de diferentes formas e a prova disso é a diversidade de línguas, por exemplo, o item lexical “mar” (do português brasileiro), é representado pela sequência de sons m-a-r; e no inglês é representado por s-e-a. A mesma ideia é representada por duas diferentes sequências sonoras criadas de forma arbitrária pelas suas comunidades linguísticas correspondentes.

Saussure afirma que “o papel característico da língua frente ao pensamento não é criar um meio fônico material para a expressão das ideias, mas servir de intermediário entre o pensamento e o som” (Saussure, 2006, p. 131). Entre o mundo

¹ A Nota Sobre o Discurso foi publicada no livro Escritos de Linguística Geral. Essa Nota faz parte de anotações feitas por Saussure durante a elaboração de seus cursos e não estava presente no livro Curso de Linguística Geral, pois esses escritos foram encontrados pós a publicação do CLG e da morte do autor.

das ideias e a expressão oral existe a linguagem, que acaba por não servir como uma tradução exata entre esses dois mundos, porém serve como um intermediário através do signo. O entendimento na comunicação dos falantes se deve a esta relação entre os mundos feita pelos signos. A arbitrariedade, ou seja, a forma como os falantes de uma comunidade estabelecem o que cada signo quer dizer, garante que cada comunidade linguística faça as adequações necessárias para um uso mais proficiente.

Baseado nisso, Saussure (2006) deixa claro que não se pode considerar um signo como a simples união entre significado e significante; é necessário que a coletividade estabeleça o valor, ou seja, o uso dos signos, sistematicamente, de forma organizada. Seguimos agora para a apresentação de outro conceito apresentado no CLG que se mostra importante para nossos estudos: o conceito de valor linguístico, que possui três aspectos.

Um deles é a propriedade de representar uma ideia. Saussure constata que os valores são sempre constituídos: “1.º por uma coisa *dessemelhante*, suscetível de ser trocada por outra cujo valor resta determinar; 2º por coisas *semelhantes* que se podem comparar com aquela cujo valor está em causa” (Saussure, 2006, p. 134).

A exemplificação trazida é a de uma moeda de cinco francos que pode ser trocada por algo que não é semelhante, como uma quantidade de pão correspondente àqueles cinco francos, ou por uma unidade semelhante de um mesmo sistema, o sistema monetário, por exemplo, onde cinco francos podem ser substituídos por seu equivalente em outra moeda, como o dólar.

A mesma coisa acontece com as palavras, que podem ser substituídas por algo dessemelhante (ideias) ou semelhante (outras palavras). Saussure postula que:

Seu valor [da palavra] não estará então fixado, enquanto nos limitarmos a comprovar que pode ser “trocada” por este ou aquele conceito, isto é, que tem esta ou aquela significação; falta ainda compará-la com os valores semelhantes, com as palavras que lhe podem opor. Seu conteúdo só é verdadeiramente determinado pelo concurso que existe fora dela. Fazendo parte de um sistema, está revestida não só de uma significação como também, e sobretudo, de um valor, e isso é coisa muito diferente. (Saussure, 2006, p. 134)

Se os valores podem ser “trocados” e também devem estar de acordo com suas oposições encontradas em outras palavras, podemos afirmar que o valor linguístico existe primordialmente de acordo com as relações constituídas no sistema interno de uma determinada língua. O valor de um signo será aquilo que outros não serão, existindo de acordo com suas relações.

Uma segunda consideração do signo linguístico é seu valor material. Saussure afirma que o que é importante em uma palavra “são as diferenças fônicas que permitem distinguir essa palavra de todas as outras, pois são elas que levam a significação.” (Saussure, 2006, p. 137). Em cada língua o que caracteriza as palavras não é sua positividade, mas sim tudo aquilo que ela não significa, ou seja, aquilo com que ela não pode ser confundida. Mesmo as unidades menores como “os fonemas são, antes de tudo, entidades opositivas, relativas e negativas” (Saussure, 2006, p. 138).

Saussure, na página subsequente, faz uma comparação com o sistema escrito a fim de esclarecer a questão da negatividade do valor linguístico. Aponta quatro fatores para isso, sendo o primeiro deles a arbitrariedade. Não existe uma relação entre um grafema e o som que ele representa. O segundo diz que o valor das letras é negativo e diferencial, pois mesmo que um grafema seja escrito de diferentes formas ele não será confundido com algum outro grafema.

O terceiro fator diz que “os valores da escrita só funcionam pela sua oposição recíproca dentro de um sistema definido, composto de um número determinado de letras” (Saussure, 2006, p. 139), ou seja, graças a essa limitação acontece a arbitrariedade do signo gráfico. E o último fator importante aponta que não interessa o meio de produção do signo, pois isso não tem importância para o sistema. Qualquer que seja a cor das letras, se foram escritas com pena, cinzel ou lápis ou ainda se estão em baixo ou alto relevo não produz nenhuma importância para a significação.

Por fim consideremos agora o signo linguístico em sua totalidade. Saussure começa afirmando que: “Quer se considere o significado, quer o significante, a língua não comporta nem ideias nem sons preexistentes ao sistema linguístico, mas somente diferenças conceituais e diferenças fônicas resultantes desse sistema” (Saussure, 2006, p. 139). Dessa forma, podemos dizer que as diferenças são o constituinte majoritário da língua.

Em Saussure (2006), verificamos que o significado ou o significante importam menos do que o que há ao redor do signo, prova disso é que o valor de um signo pode ser modificado pelo que o precede ou o segue. Podemos assim afirmar que o que mais importa são as relações que são feitas entre os signos, em detrimento de sua imagem acústica ou de seu conceito. As relações de negatividade entre os sons e os conceitos que formam um signo acabam por criar um fato positivo, por isso podemos dizer que um signo só é constituído de negatividade quando analisamos significado e significante separadamente. No momento que olhamos para sua totalidade, o signo se torna algo positivo.

Na comparação dos signos entre si (termos positivos), falaremos de *oposição* ao invés de *diferença*, pois dois signos podem ser considerados *distintos* ao passo que *diferença* aplica-se melhor à comparação de duas imagens acústicas, como “pai” e “mãe”, ou de duas ideias como “pai” e “mãe” (Saussure, 2006, p 140). Na totalidade de um signo acontece a oposição, enquanto no conceito e na imagem acústica teremos a negatividade como fator importante causando assim a diferenciação entre os significados e os significantes. As relações e diferenças entre os termos linguísticos podem ser adequadas em duas esferas, onde cada uma gera uma ordem de valores e ambas correspondem a atividades mentais indispensáveis para a língua. Podem ser divididas de um lado por aquilo que está dentro do discurso e por outro pelo que está fora do discurso.

Saussure (2006, p.142) define como dentro do discurso as relações que os termos formam entre si de acordo com seu encadeamento, tendo um caráter linear que impede que as palavras sejam pronunciadas simultaneamente. Essas combinações, apoiadas na extensão são chamadas de sintagmas, que são constituídos sempre por duas ou mais unidades consecutivas. E fora do discurso, Saussure (2006, p. 143) mostra que as palavras que se associam na memória formam grupos onde acontecem relações muito diversas.

As relações dentro do discurso são chamadas de sintagmáticas. É interessante observar também que algumas expressões (relações de palavras em uma ordem sintagmática) pertencem ao domínio da língua, ou seja, não podem ser modificadas pelo uso, como, por exemplo, *estar de lua*, *ter dó (de alguém)*, mesmo sendo possível distinguir suas partes significativas. Dessa forma, podemos dizer que as relações associativas estão restritas à língua.

As relações fora do discurso são chamadas de relações associativas. Essas relações podem acontecer em diferentes níveis: radical, sufixo, analogia dos significados ou na simples semelhança das imagens acústicas. Tomemos a palavra ensinamento como exemplo. Nas relações de radical, podemos ter: *ensinar, ensinemos*, etc.; nas de sufixos surgirão *desfiguramento, armamento*, entre muitas outras. Quanto à analogia dos significados verificamos: *ensino, instrução, aprendizagem, educação*, etc; e quanto à semelhança sonora aparecem palavras como *elemento e lento*.

De forma mais resumida, podemos dizer que “a relação sintagmática existe *in praesentia*; repousa em dois ou mais termos igualmente presentes numa série efetiva. Ao contrário, a relação associativa une termos *in absentia* numa série mneumônica virtual.” (Saussure, 2006, p. 143).

1.2 A nota sobre o discurso

Os conceitos saussurianos trazidos até o momento estão presentes no CLG, escrito a partir das anotações dos participantes do curso ministrado em três etapas. Em 2004, foi traduzido para o português um livro onde constam manuscritos de Ferdinand de Saussure que serviram de base para suas aulas do CLG. Nesse livro, chamado de *Escritos de Linguística Geral*, encontramos as palavras saussurianas tais como ele as escreveu. Os conceitos apresentados anteriormente contam com algumas notas nesse novo livro de Saussure; contudo uma nota em especial serve aos interesses deste trabalho, a chamada *Nota sobre o discurso*. Nela encontramos fragmentos do pensamento saussuriano que apontam para uma abordagem discursiva da língua. Vamos à nota:

A língua só é criada em vista do discurso, mas o que separa o discurso da língua ou o que, em dado momento, permite dizer que a língua *entra em ação como discurso*?

Os vários conceitos estão ali, prontos na língua (ou seja, revestidos de uma forma linguística), como *boeuf, lac, ciel, fort, rouge, triste, cinq, fendre, voir*. Em que momento ou em virtude de que operação, de que *jogo* que se estabelece entre eles, de que condições esses conceitos formarão o DISCURSO?

A sequência dessas palavras, por mais rica que seja, pela ideias que evoca, indicará apenas, para um indivíduo humano, que um outro indivíduo, ao pronunciá-las, quer lhe comunicar alguma coisa. O que é preciso para que tenhamos a ideia de que se quer comunicar alguma coisa usando termos que estão disponíveis na língua? É uma questão igual à de saber o que é o *discurso*, sendo que, à primeira vista, a resposta é simples: o discurso consiste, quer seja de maneira rudimentar e por vias que ignoramos, em afirmar uma ligação entre dois dos conceitos que se apresentam revestidos da forma linguística, enquanto a língua realiza, anteriormente, apenas conceitos isolados, que esperam ser postos em relação entre si para que haja significação de pensamento. (Saussure, 2004, p.237).

Nesta nota fica ainda mais clara a importância das relações. A língua apresenta os signos de forma isolada. Não servindo, assim, como uma significação para os pensamentos; apenas através do discurso é que a língua cria as relações necessárias para que pensamentos de um falante sejam organizados de forma a significar algo para outro falante. Sendo assim, podemos afirmar que o discurso é construído por um falante que expressa relações de forma organizada com o intuito de significar algo para outro falante como uma forma de traduzir seu pensamento em palavras.

Os *Escritos*, publicados muitos anos depois do Curso de Linguística Geral, trazem uma nova luz para os estudos estruturalistas, logo envolvem também os estudos da enunciação que se baseia nessa área do conhecimento. O que fica de mais importante sobre a *Nota sobre o discurso* é que Saussure se perguntou sobre como a língua era ativada como discurso. Pergunta que serve como norte para as teorias enunciativas.

Sobre Saussure acreditamos que os pontos fundamentais para este trabalho foram abordados, vejamos agora como Benveniste pode se relacionar como uma continuidade em relação aos estudos da enunciação, ou seja, da expressão do mundo das ideias para o mundo da comunicação.

1.3 Estudos de Benveniste

Passemos agora para a revisão de alguns textos escritos por Émile Benveniste, onde formas de relação também aparecerão, e começaremos a ver esboços de uma teoria enunciativa que se baseia na relação entre os indivíduos

falantes de uma determinada língua. Iniciamos com *A linguagem e a experiência humana* por entender que as ideias de *pessoa* e *tempo* são a base da enunciação. Nesse texto, Benveniste aborda duas categorias consideradas por ele como fundamentais para o discurso, como dito anteriormente, a *pessoa* e o *tempo*, necessariamente ligadas.

Tratemos primeiro da pessoa: “Todo homem se coloca em sua individualidade enquanto *eu* por relação a *tu* e *ele*” (Benveniste, 2006, p. 68). Para Benveniste o *eu* do discurso é aquele que faz uso da língua direcionando essa enunciação a outra pessoa, o *tu*. Segundo ele:

Aquele que fala se refere sempre pelo mesmo indicador *eu* a ele-mesmo que fala. Ora, este ato de discurso que enuncia *eu* aparecerá, cada vez que ele é reproduzido, como o mesmo ato para aquele que o ouve, mas para aquele que o enuncia, é cada vez a inserção do locutor num momento novo do tempo e uma textura diferente de circunstâncias e de discursos” (Benveniste, 2006, p. 68)

Tempo e *pessoa* estão ligados no discurso; por isso, mesmo que se usem as mesmas escolhas de palavras para formar uma enunciação, cada ato será diferente, pois o tempo será outro; ou ainda, duas pessoas podem usar as mesmas sequências de palavras, porém não querendo expressar o mesmo pensamento.

Ainda sobre a experiência de enunciar, Benveniste (2006, p.69) coloca que: “desde que o pronome *eu* aparece num enunciado, evocando — explicitamente ou não — o pronome *tu* para se opor conjuntamente a *ele*, uma experiência humana se instaura de novo e revela o instrumento linguístico que a funda”. Fica claro que existe uma interdependência entre o *eu* e o *tu*, e dessa relação de dependência temos uma relação de oposição com o *ele*. Essa é a experiência central que determina o discurso.

Devemos dar atenção a essas ideias de *eu* e *tu*. O *eu* é o locutor no momento da enunciação que se dirige a um *tu*, porém quando a enunciação necessita de uma réplica, o *tu* do primeiro momento se tornará o *eu* dessa réplica que nada mais é do que uma nova enunciação.

Antes de passarmos para a questão *tempo*, é preciso que se faça uma última consideração acerca do que Benveniste fala sobre o *eu* no discurso. Os falantes entram em contato por dominarem o mesmo código linguístico e por terem um “mesmo sistema de referências pessoais de que cada um se apropria pelo ato da linguagem (...)” (Benveniste, 2006, p. 69). Nessa apropriação, o ato se torna único e sem igual, da mesma forma que ocorre com o eu, que não se repetirá. E segue ainda dizendo: “Mas, fora do discurso efetivo, o pronome não é senão uma forma vazia, que não pode ser ligada nem a um objeto nem a um conceito. Ele recebe sua realidade e sua substância somente no discurso.”

Então, apenas no uso da língua o *eu* assume o seu papel de ser aquele que enuncia. Fora dela, esse pronome nada mais é do que uma forma vazia, que não corresponde a nada. Além do pronome pessoal, os dêiticos também podem ser colocados nessa situação. As indicações de objetos (longe, perto, etc.) só acontecem se relacionadas a um ponto central que Benveniste chama de “Ego” (Benveniste, 2006, 70) e que vão servir de referência no discurso para criar o sentido desses dêiticos.

O *tempo* é uma das formas linguísticas mais ricas e reveladoras da experiência subjetiva humana. Sobre isso Benveniste distingue primordialmente duas noções de *tempo*. Uma delas é o *tempo físico* do mundo que “é um contínuo uniforme, infinito, linear, segmentável à vontade. Ele tem por correlato no homem uma duração infinitamente variável que cada indivíduo mede pelo grau de suas emoções e pelo ritmo de sua vida interior.” E dele devemos distinguir o *tempo crônico* “que é o tempo dos acontecimentos, que engloba também nossa própria vida enquanto sequência de acontecimentos.” (Benveniste, 2006, p. 71).

De acordo com Benveniste (2006, p. 72), a cultura humana se esforça para objetivar o tempo crônico, usando para isso o calendário como uma forma de socialização. A recorrência de fenômenos naturais instituiu as divisões do tempo crônico: dias, estações, etc. Os calendários possuem três traços comuns indicando suas condições de resposta à sociedade. O primeiro desses traços é a condição *estativa*, ou seja, um acontecimento muito importante que redireciona as coisas: nascimento de Cristo, ascensão de algum soberano, etc. A segunda condição é a *diretiva*, que é marcada por termos como antes ou depois, de acordo com um eixo

de referência. E a terceira condição é a mensurativa, ou seja, são fixadas unidades de medidas que servem para denominar eventos repetidos de forma cíclica.

Mais adiante, o conceito de *tempo linguístico* é trazido. Benveniste (2006, p. 74): “O que o tempo linguístico tem de singular é o fato de estar organicamente ligado ao exercício da fala, o fato de se definir e de se organizar como função do discurso”. O centro deste tempo é o presente da instância da fala. Ao usar uma forma gramatical presente, o locutor situa seu interlocutor no tempo presente da enunciação; e, sendo assim, sempre é um tempo novo, ainda não vivido.

O tempo presente vai ser o ponto de referência, criando as relações para o passado e para futuro. Vejamos o que diz Benveniste:

O presente linguístico é o fundamento das oposições temporais da língua. Este presente que se desloca com a progressão do discurso, permanecendo presente, constitui a linha de separação entre dois outros momentos engendrados por ele e que são igualmente inerentes ao exercício da fala: o momento em que o acontecimento não é mais contemporâneo do discurso, deixa de ser presente e deve ser evocado pela memória, e o momento em que o acontecimento não é ainda presente, virá a sê-lo e se manifesta em prospecção. (Benveniste, 2006, p. 75)

O presente na língua é implícito, segundo Benveniste, pois quando nos enunciamos estamos falando do momento contemporâneo; e quando desejamos fazer alguma referência a experiências passadas ou algo que ainda não aconteceu utilizamos marcas linguísticas para explicitar onde queremos situar o tempo ao qual a enunciação se refere. O presente é o eixo que rege o passado e o futuro do discurso, bem como o *eu* é o eixo que rege o *tu* e o *ele* na enunciação.

E do mesmo modo que o *eu* necessita estar situado dentro do discurso para que não seja uma forma vazia, o mesmo acontece com as marcações linguísticas de tempo. Quando um locutor utiliza *hoje*, *agora*, *nesse momento*, está situando um acontecimento como simultâneo ao discurso. Se retirarmos um desses fragmentos temporais do discurso, e o estudarmos de isoladamente, ele não terá sentido, será apenas uma forma vazia.

Tanto *pessoa* quanto *tempo* se fazem presentes no discurso e ambas as categorias são os eixos que regem os elementos aos seus redores. É através de

pessoa e tempo que os outros elementos da enunciação terão seu sentido completo. No discurso elas são interligadas para criar a mensagem que determinado indivíduo quer passar a outro. O *eu* situa algo no tempo para o entendimento do *tu*. Caso uma dessas categorias seja isolada do discurso, acabaremos por ter formas vazias que possuem um sentido incompleto, que acarretaria na falta de comunicação.

No último texto publicado, Benveniste trata do emprego das formas, que não deve ser confundido com o emprego da língua. O texto chama-se *O aparelho formal da enunciação*. Por “formas” é compreendido um conjunto de regras que fixa as condições sintáticas nas quais as formas são empregadas.

O emprego das formas implica modelos tão variados quanto os tipos linguísticos, entretanto existe limitação devido ao número reduzido de modelos que abrangem somente os elementos fundamentais. O emprego da língua, por outro lado, acaba modificando a língua como um todo. É importante não confundir o mecanismo da língua com a língua em si. Benveniste (2006, p. 82) afirma: “A enunciação é este colocar em funcionamento a língua por ato individual de utilização.” Mais uma vez percebemos a importância daquele que enuncia, pois sem o *eu* não existe o funcionamento da língua. O locutor se relaciona com a língua determinando os caracteres linguísticos da enunciação, sendo assim, devemos entender o emprego da língua como um fato criado pelo *eu*.

Os aspectos pelos quais podemos estudar esse processo do locutor que utilizar a língua, ou seja, a enunciação, são vários, mas aqui estudaremos principalmente três deles, começando pelo mais perceptível que é a realização vocal da língua. Benveniste afirma que os sons procedem de atos individuais que criam material fônico, e também que, devido à natureza individual da criação (o que nesse caso é a enunciação), esses sons não são produzidos da mesma maneira. Quando se estudam os sons, tenta-se ampliar ao máximo o número de amostras para se criar uma “imagem média de sons” (Benveniste, p. 82).

O segundo aspecto da enunciação é o mecanismo de produção. Benveniste coloca o problema da seguinte forma:

A enunciação supõe a conversão individual da língua em discurso. Aqui a questão — muito difícil e pouco estudada — é ver como o “sentido” se

forma em “palavras”, em que medida se pode distinguir entre as duas noções e em que termos descrever sua interação. (Benveniste, 2006, p. 83).

O locutor utiliza a língua para expressar seus pensamentos em sons. Onde acontece a interação entre o conceito e a imagem acústica do signo é o problema a ser pensado. E o terceiro aspecto diz respeito a situar a enunciação no quadro de sua realização; e aqui voltamos ao conceito de *eu* e *tu* para formar esse quadro. O locutor, ao executar a língua, transforma uma possibilidade em realidade, fazendo um processo de “apropriação” (Benveniste, 2006, p. 84), por um lado do aparelho formal, aquilo que se encontra como elemento fundamental, e por outro através de procedimentos acessórios.

Existe a relação entre locutor e interlocutor, e sobre o locutor Benveniste aponta:

Mas imediatamente, desde que ele se declara locutor e assume a língua, ele implanta o *outro* diante de si, qualquer que seja o grau de presença que ele atribua a este outro. Toda enunciação é, explícita ou implicitamente, uma alocação, ela postula um alocutário. (Benveniste, 2006, p. 84)

Da relação entre locutor e alocutário surge a expressão em que a enunciação foi empregada; que expõe uma certa relação com o mundo, em que o locutor é a referência estando em contato constante com sua enunciação.

Mais adiante, Benveniste (2006, p. 86) reforça mais uma vez a questão da forma vazia da língua dizendo que é preciso distinguir quais as entidades que possuem um estatuto pleno, ou seja, que podem existir sem a necessidade do emprego no discurso e as entidades que só existirão quando empregadas por um determinado locutor em um determinado tempo. E além de dar existência a essas formas, a enunciação também fornece as condições necessárias para as funções sintáticas criando um aparelho de funções.

No texto em estudo, Benveniste (2006, p. 86) apresenta três funções, a saber: interrogação, intimação e asserção. Quanto à interrogação, podemos dizer que suscita uma resposta, o locutor “impõe” ao alocutário uma resposta. Na intimação acontece coisa parecida, pois o locutor apresenta formas de ordens que constroem

uma relação viva e imediata com o seu alocutário. Já a asserção comunica uma certeza e é considerada uma forma de manifestação da presença do locutor na enunciação. Essas funções expressam as relações que os locutores podem ter com seus alocutários. A enunciação é caracterizada pela “acentuação da relação discursiva com o parceiro, seja este real ou imaginado, individual ou coletivo.” (Benveniste, 2006, p.87)

No texto *Da subjetividade na linguagem*, Benveniste continua a abordagem das questões do *eu* e do *tu* no discurso e a dependência entre eles. O termo subjetividade, aqui, corresponde à capacidade do locutor de se propor como “sujeito” da enunciação. Corroborando a importância da relação do eu e do tu, Benveniste afirma que:

A consciência de si mesmo só é possível se experimentada por contraste. Eu não emprego *eu* a não ser dirigindo-me a alguém, que será na minha alocação um *tu*. Essa condição de diálogo é que é constitutiva da *pessoa*, pois implica em reciprocidade — que eu me torne tu na alocação daquele que por sua vez se designa *eu*. (Benveniste, 2005, p. 286)

Reforçando a ideia de que o *eu* é uma forma vazia de sentido fora do discurso, podemos dizer que esse é um termo que remete apenas à realidade do discurso, fazendo-se pleno de sentido no exercício da língua. Isso é um fator que deixa clara a subjetividade na linguagem, pois o pronome *eu* é a forma que o locutor tem de se identificar como sujeito. Da colocação do locutor como sujeito, decorre a utilização de outros pronomes (os indicadores da dêixis, demonstrativos, advérbios, adjetivos) que organizarão as relações do sujeito com o espaço e o tempo.

O eu do discurso é o eixo central das cadeias enunciativas, mas esse eu só tem sentido quando aplicado ao discurso, caso contrário ocorre a chamada “forma vazia” (Benveniste, 2005, p. 289). E também da oposição a esse *eu*, verificamos a existência do *e/e*, que não remete a uma pessoa, mas sim a algo sobre o que enunciamos.

Sendo assim, podemos colocar essas questões da seguinte forma. Existe um locutor, que enuncia em determinado momento (*eu*) para outro alguém (*tu*), que pode vir a responder, sobre algo no mundo (*e/e*). A primeira pessoa serve de início

para um possível diálogo, enquanto a segunda pessoa irá se enunciar no momento seguinte criando um diálogo sobre a terceira pessoa, que na verdade é uma não-pessoa por estar fora da relação *eu-tu*.

1.3.1 Reflexão sobre as formas vazias

Benveniste aponta apenas pronomes e dêiticos como formas que podem ser vazias. Mas as palavras de outras classes não podem também serem consideradas vazias?

Em primeiro lugar, vamos colocar as características da forma vazia benvenistiana:

1 não estar situada no discurso e

2 não fazer referência fora da enunciação.

Ou seja, a forma só é vazia por estar deslocada da enunciação e do discurso em que um *eu* lhe atribui valor semântico de acordo com suas escolhas e relações construídas. *Eu, agora, aquele* só adquirem sentido quando colocados no uso da língua pelo locutor.

Porém acreditamos que além das elucidações trazidas por Benveniste, o vazio de uma forma está presente em todas as palavras da língua. A noção de vazio parece estar apontando para uma falta total de sentido daqueles itens lexicais, e com isso não concordamos. Apesar de só termos o entendimento completo deles através do conteúdo da enunciação e do discurso, ainda compreendemos o que cada um desses itens lexicais significa de forma isolada da língua, então não são totalmente vazios de sentido. Queremos dizer que mesmo de forma isolada compreendemos uma parte do que determinado item lexical quer dizer, chamaremos essa parte de “cheia”.

Prova que sustenta o parágrafo acima é a possibilidade de construir uma pergunta sobre esses três itens citados acima. Se enunciarmos apenas a palavra

ele, o alocutário, ainda assim, conseguirá compreender algo e será capaz de formular um outro enunciado como, por exemplo: *ele quem?*. O mesmo se segue com *agora* (*agora quando?*) e *aqui* (*aqui onde?*). Esses questionamentos servem para o alocutário buscar mais informações sobre a enunciação, pois essa não se deu de maneira totalmente efetiva por parte do locutor. Contudo, ainda houve certa parcela de enunciação suficiente para o alocutário tentar buscar as informações faltantes.

A possibilidade de se fazer uma pergunta sobre esses itens lexicais mostra uma dupla face dos mesmos, pois se por um lado existe algo de vazio neles que incita uma pergunta de esclarecimento, uma busca do *tu* pela completude do sentido, ao mesmo tempo, temos uma parte do sentido presente no intrínseco desses pronomes que é o que possibilita a pergunta e identifica que se necessita de um complemento, ou seja, a parte “cheia”.

Com isso queremos dizer que existe sim uma parte vazia nas formas, mas se a forma fosse totalmente vazia não haveria o mínimo de compreensão do sentido. Outro fato que corrobora essa hipótese é a de que quando nos deparamos com uma palavra estrangeira, ou desconhecida da nossa língua, não conseguimos ao menos fazer uma das perguntas diretas em busca da informação faltante. Uma pergunta genérica não evocaria a resposta desejada. Tomemos a palavra “three” do inglês, um falante sem o conhecimento da língua inglesa ouve essa palavra de seu interlocutor e não a entende. Como não tem conhecimento nenhum sobre o que significa essa palavra poderia acabar formulando uma pergunta cuja resposta não satisfizesse suas dúvidas, por exemplo, *quem é “three”?*. Essa pergunta é construída de uma forma à qual o interlocutor não consegue nem mesmo responder, e nesse ponto o sentido, então, terá uma parte vazia de tal tamanho que o sentido ficaria quase mínimo.

Podemos dizer então que uma palavra desconhecida tem ainda menos sentido do que um pronome ou dêitico e sendo assim chegamos a dois diferentes níveis de vazio de uma forma. É através da confrontação, da relação, da oposição entre essas duas ideias que podemos chegar a esses níveis. Só através da relação veremos quando uma forma é mais vazia do que outra.

Dito isso, passemos agora para um nível diferente de forma vazia. O que está sendo dito aqui é uma reflexão feita durante o desenvolvimento deste trabalho, e

corresponde apenas à opinião do autor. Uma vez que o locutor faz suas escolhas e relações para enunciar suas ideias, o sentido de cada signo se modificará de acordo com os signos que estão à sua volta. Contudo, a língua restringe certas relações no eixo sintagmático. Concluimos assim que o locutor faz as escolhas dentro de algumas possibilidades pressupostas pela própria língua.

Se a língua restringe, ou “prefere”, determinada continuação para um item lexical em detrimento a outro item lexical, podemos dizer que as palavras possuem possibilidades de relação entre si, palavras cheias de sentido, como *árvore*, terão possibilidades mais restritas do que palavras mais vazias. Uma frase como *Uma árvore faleceu essa manhã*, apesar de fazer algum sentido, principalmente devido à aproximação semântica entre *falecer* e *morrer*, promove uma quebra na cadeia de relação, pois a palavra *árvore* restringiria, nas possíveis continuações, o sentido de *perder a vida para morrer*. O signo *falecer* carrega o valor linguístico de que deve ser relacionado com um ser mais animado do que uma árvore; talvez ainda mais do que isso, podendo carregar o valor de ser usado apenas para quando nos referimos a pessoas.

Chegamos então ao ponto em que estabelecemos que palavras como substantivos, adjetivos e verbos são menos vazias do que dêiticos. Fruto disso vem a constatação de que quanto mais vazia a palavra, mais ela necessita do uso para construir sentido, e mesmo palavras com mais sentido (menos vazias) adquirem novos sentidos de acordo com as combinações feitas pelo locutor.

O locutor pode relacionar palavras de uma forma menos prevista na língua, mas que ainda possua um sentido compreensível, e isso só acontece devido à parte vazia das palavras e à capacidade de o locutor de escolher dentro de uma relação sintagmática a forma como deseja prosseguir seu discurso. Feitas essas reflexões sobre as formas vazias, deixamos de lado por alguns momentos Benveniste para estudarmos Ducrot e Carel, quando concluídos os estudos sobre a ANL e a TBS, voltaremos a Benveniste com o intuito de fazer uma aproximação com o que virá a seguir na fundamentação teórica, explicando como a forma vazia pode servir de maneira proveitosa aos nossos estudos sobre o paradoxo.

1.4 Teoria da Argumentação na Língua

Trabalharemos nesta passagem da dissertação com a Teoria dos Blocos Semânticos, que é terceiro momento da Teoria da Argumentação na Língua, iniciada com a forma *standard* proposta por Oswald Ducrot e Jean-Claude Anscombre em 1983; no segundo momento temos o que foi chamado de Teoria dos *Topoi*. E ainda nessa segunda fase foi inserida a polifonia. O terceiro, e atual, momento é a chamada Teoria dos Blocos Semânticos que, além de Ducrot, contou (e ainda conta) com os estudos de Marion Carel.

Esse terceiro momento utiliza, bem como no primeiro momento, os conceitos saussurianos apresentados anteriormente, e aprofunda a tese de que a argumentação acontece dentro do linguístico. Os estudos dos *topoi* – “lugar comum argumentativo” que contém uma verdade que se baseia em fatos fora do linguístico – foram sendo abandonados por Ducrot, porém a polifonia se mantém nos estudos atuais da Teoria da Argumentação da Língua.

1.4.1 Noção de argumentação na língua e noções implicadas

O cerne da teoria é a afirmação de que a argumentação está na língua, é encontrada nas relações dentro do linguístico, sem a necessidade de informações extralinguísticas. Por argumentação podemos entender a relação entre ideias, continuações possíveis de um discurso de acordo com a posição do locutor. Em primeiro lugar devemos entender esse conceito de argumentação e não confundir-lo com o que Ducrot chama de argumentação retórica (2009). No artigo “Argumentação retórica e argumentação linguística”, Ducrot coloca que essas duas formas de argumentação não têm relação direta; enquanto a argumentação retórica busca convencer o interlocutor de algo que o locutor acredita como sendo verdadeiro, a argumentação linguística não busca uma verdade, apenas mostra como o locutor está conectando suas ideias para construir seu discurso. Até o momento estamos utilizando termos como “ideias”, que acabam sendo muito gerais e genéricos, por ainda não termos apresentado os conceitos na Teoria da Argumentação na Língua.

Em Ducrot (2009), a argumentação linguística, que será chamada a partir de agora apenas de argumentação, é a união, através do discurso, de duas proposições ligadas por um conector. A primeira proposição será chamada de argumento (A) e a segunda de conclusão (C). O conector pode estar implícito ou explícito. O argumento não tem sentido se estiver sozinho, necessita ser articulado com a conclusão. E essa articulação acontece da forma como o locutor a desejar, um argumento não levará necessariamente a uma determinada conclusão. Depois de construído o discurso, observaremos que o sentido resultará dessas duas proposições articuladas, mas antes disso não podemos dizer que o argumento ou a conclusão possuem um sentido independente um do outro, pelo contrário, entre eles existe uma interdependência semântica.

Feita essa distinção entre argumentação retórica e linguística, passemos agora à apresentação da Teoria da Argumentação na Língua (doravante ANL) e seus conceitos que serão utilizados neste trabalho.

Para apresentar a forma *standard* da ANL utilizaremos uma série de palestras proferidas por Oswald Ducrot na Universidad del Valle, em Cali na Colômbia, no ano de 1988. Destas palestras resultou o livro “Polifonia y Argumentación – Conferencias del seminario Teoría de la Argumentacion y Análisis del Discurso”, publicada em 1990.

Daremos início com a distinção entre sujeito empírico, locutor e enunciador. O sujeito empírico é o produtor do enunciado, o autor efetivo (Ducrot, 1988, p. 16) enquanto o locutor é a quem se atribui a responsabilidade do enunciado (Ducrot, 1988, p.17). O sujeito empírico é o ser no mundo, a pessoa física por trás do locutor. Um locutor não precisa ser encontrado no mundo extradiscursivo, ele pode ser apenas o reflexo de um momento discursivo de um sujeito empírico. O sujeito do mundo pode construir diversos locutores, atribuindo-lhes diferentes enunciados. Por exemplo, em um romance temos as vozes das personagens criadas por um autor. Cada uma dessas personagens pode ser considerada um locutor, pois responde por suas enunciações; entretanto o autor do romance é apenas um. Seja ele quem for, o sujeito empírico é o criador dessas diferentes enunciações que são atribuídas a diferentes locutores.

Além destas duas distinções, temos ainda a noção de enunciador que será importante para a ANL. Segundo Ducrot:

Chamo enunciadores as origens dos pontos de vista que se apresentam nos enunciados. Não são pessoas reais, são “pontos de perspectiva” abstratos. O próprio locutor pode ser identificado com alguns desses enunciadores, mas na maioria dos casos apresenta-os guardando certa distancia deles. (Ducrot, 1988, p. 20)²

Os enunciadores serão os responsáveis pela apresentação dos pontos de vista da enunciação, das ideias presentes em um enunciado. Por exemplo, em *Pedro não veio, ficou em casa*. (Ducrot, 1988, p. 24), temos um enunciador que expressa que Pedro não veio em resposta a um enunciador que expressa que Pedro deveria ter vindo. Uma negação sempre carrega uma ideia polifônica. Quando utilizada na enunciação, a negação mostra uma resposta a uma afirmação, carregando assim um sentido polifônico positivo. Outro exemplo: em *Pedro ainda não veio* temos também a ideia de que Pedro não veio reforçada pelo *ainda*. Assim podemos criar o seguinte enunciador positivo *Pedro já deveria ter vindo*.

No terceiro capítulo que compõe o livro, temos a primeira conferência proferida por Ducrot, onde ele busca contrapor-se à ideia tradicional de sentido. Na concepção clássica, temos uma diferenciação entre indicações objetivas, subjetivas e intersubjetivas. As objetivas representam a realidade, as subjetivas são a atitude do locutor frente à realidade, e as intersubjetivas apontam para as relações do locutor com as pessoas a quem se dirige.

Podemos utilizar o seguinte enunciado para exemplificar: *Pedro é inteligente*. A indicação objetiva descreve Pedro, demonstra um fato do mundo; a subjetiva mostra admiração do locutor em relação a Pedro e na indicação intersubjetiva percebemos que o locutor expressa uma forma de pedir confiança ao destinatário, ou seja, o locutor quer construir uma relação de confiança com seus interlocutores (Ducrot, 1988, p. 49 - 50).

Ducrot recusa essa concepção tradicional de sentido e um dos principais motivos para isso é o que ele chama de “valor argumentativo” (Ducrot, 1988, p. 50), que pode ser considerado a orientação que uma palavra dá ao discurso. Por exemplo, quando se diz *Pedro é inteligente*, não podemos seguir o discurso com

² Llamo enunciadores a los orígenes de los diferentes puntos de vista que se presentan en el enunciado. No son personas sino “puntos de perspectiva” abstractos. El locutor mismo puede ser identificado con algunos de estos enunciadores, pero en la mayoría de los casos los presenta guardando cierta distancia frente a ellos.

algo do tipo *portanto não resolverá esse problema. Pedro é inteligente* orienta para uma continuação positiva do discurso.

Em Ducrot (1988) vemos também que a palavra “sentido” significa tanto *significação* quanto *direção*. Isso mostra a oposição em relação à distinção objetivo/subjetivo/intersubjetivo, pois o sentido de uma palavra também é uma orientação para o sentido no discurso. Além de ter uma significação, um sentido intrínseco a si mesma, a palavra orienta para uma continuação possível, delimitando as continuações, recusando as continuações que não condigam com o que está à esquerda no discurso.

Para se compreender essa primeira forma da ANL, a standard, temos de entender a distinção entre frase e enunciado e também a de significação e sentido. Para Ducrot (1988, p. 53), o enunciado é “uma das múltiplas realizações de uma frase”. O enunciado é uma realidade empírica, que acontece na língua devido ao locutor, enquanto a frase é uma construção teórica feita pelo linguista a fim de explicar a infinidade de enunciados. Quanto à segunda distinção, Ducrot chama de significação o valor semântico da frase e de sentido o valor semântico do enunciado.

Observamos que nessa teoria, significação e sentido são termos que possuem uma ideia definida pelo criador da teoria, ou seja, essas palavras correspondem às definições criadas por ele e não querem fazer referência a outros usos das mesmas palavras. É importante salientar isso, pois do ponto de vista metodológico, muitas palavras são utilizadas por diversas teorias e é fundamental que não se atribuam significações de outras teorias, pois isso causaria uma confusão de termos e a impossibilidade de suas utilizações da forma correta para as análises.

Voltemos à distinção frase/enunciado. Em outro trabalho, Ducrot conceitua a frase como:

O que eu chamo de frase é um objeto teórico, entendendo por isso que ele não pertence, para o linguista, ao domínio do observável, mas constitui uma invenção dessa ciência particular que é a gramática. O que o linguista pode tomar como observável é o enunciado, considerado como a manifestação

particular, como a ocorrência *hic et nunc*³ de uma frase. (Ducrot, 1987, p. 164)

O enunciado é uma realização empírica da entidade teórica que é a frase. Uma mesma sequência lexical (frase) pode ser repetida inúmeras vezes por um mesmo locutor, ou por locutores diferentes. Cada uma dessas repetições, ou realizações, será considerada um enunciado diferente, pois um locutor está sempre em um tempo diferente a cada realização da enunciação, isso, por si só, já garante a impossibilidade de repetição de uma enunciação.

Ducrot (1988) conceitua o discurso como uma sucessão de enunciados (realizações de uma frase). Nas conferências de Cali é apresentada uma forma para identificar a segmentação do discurso em enunciados. Vejamos o exemplo *Faz calor, vamos passear*⁴ (Ducrot, 1988, p. 54). O primeiro segmento S1 *Faz calor* pode ser entendido como um argumento para uma conclusão em S2 *vamos passear*. Podemos afirmar que nesse caso temos dois segmentos formando um enunciado, pois como vimos anteriormente, S1 não possui um valor independente de S2. Prova disso é que também podemos dizer *Faz calor, não vamos passear*. O segundo segmento desse exemplo é oposto ao segundo segmento do exemplo anterior, no entanto o primeiro segmento é o mesmo em ambos. O primeiro segmento depende do segundo para ter seu sentido completo. No primeiro exemplo temos a ideia de calor agradável para um passeio, e no segundo exemplo, o calor tornaria o passeio desagradável. Ambas as ideias são possíveis, apenas dependem de como o locutor deseja utilizá-las.

Mais uma vez utilizamos a palavra ideia de uma forma genérica, pois veremos na continuação deste trabalho que o que foi apresentado com esses dois exemplos acabará se tornando o núcleo do conceito de bloco semântico que será apresentado por Carel. Para terminar essa distinção, com os exemplos logo acima concluímos que S1 + S2 constituem um enunciado.

Quanto à distinção entre significação/sentido podemos ainda dizer que o sentido indica coisas além do que está na frase. Utilizando o mesmo exemplo, *Faz calor, vamos passear*, Ducrot afirma que esse enunciado indica quem e quando se

³ Aqui e agora

⁴ Hace calor afuera, vamos a pasear.

está falando, pois temos conhecimento do locutor. E, além disso, o enunciado, de forma geral, pode indicar um desejo, uma constatação, uma ameaça, uma advertência, etc. (Ducrot, 1988, p. 58). Tudo isso porque o enunciado está localizado no observável da língua e não no teórico, ele acontece devido ao locutor, que o realiza.

Já a significação é uma espécie de “modo de emprego” (Ducrot, 1988, p. 58) que direciona para a compreensão do sentido do enunciado. É um conjunto de instruções. Ou ainda o trabalho que se deve fazer para se compreender o enunciado e este se produz, obedecendo às indicações dadas pela significação.

Para elucidar isso, mais uma vez é feita uma crítica à descrição tradicional de sentido. Quando temos uma frase do tipo *X mas Y*, a descrição tradicional aponta para uma instrução onde: a) *X* é verdadeira, b) *Y* é verdadeira e c) geralmente quando *X* é verdadeira *Y* é falsa. Entretanto, Ducrot (1988, p. 59) constrói de forma diferente essa instrução. A saber: busque uma conclusão *r* justificada por *X* e uma conclusão *não r* justificada por *Y*.

Outra crítica que fundamenta a ANL é a de que, na concepção tradicional de argumentação, o argumento (A) diz respeito a um fato no mundo, existe um elo que une um argumento a um fato. Ducrot não concorda com isso e prova mostrando que um mesmo fato pode levar para argumentos diferentes. Na segunda conferência de Cali, Ducrot volta a expor que a ideia que um argumento não leva necessariamente para uma conclusão. Isso implicaria em dizer que um argumento *A* tem uma condição de verdade que leva em consideração o extralinguístico, fugindo assim da base da ANL que diz que a argumentação deve estar no linguístico. Nesse caso, o extralinguístico é um fato no mundo que aqui chamaremos de *H* (do espanhol *hecho*) para mantermo-nos o mais fiéis possível ao texto original e evitar confusão nas nomenclaturas.

Para exemplificar o que foi dito acima tomemos *pouco* e *um pouco* como exemplos (Ducrot, 1988, p. 76). Se colocados em um enunciado, digamos *Pedro estudou pouco* e *Pedro estudou um pouco*, ambas as formas linguísticas correspondem a um mesmo *H*, o de que Pedro pouco estudou. Entretanto cada uma dessas formas orienta para uma continuação diferente do discurso. Em *Pedro estudou um pouco* podemos seguir dizendo que, por isso poderá ser aprovado em seu exame, mas no caso de *Pedro estudou pouco* isso não pode ser dito, teremos

de continuar a frase com algo como: por isso não será aprovado em seu exame. Se ambas as formas *pouco* e *um pouco* dizem respeito ao mesmo H, por que existem essas limitações quanto às continuações possíveis para o discurso? Porque *pouco* tem uma orientação negativa enquanto *um pouco* tem uma orientação positiva. De acordo com a utilização de um ou de outro, temos a orientação para esta ou aquela continuação.

Logo a seguir na mesma conferência Ducrot diz o seguinte:

Encontro-me outra vez diante de duas frases que tem as mesmas condições de verdade, que expressam portanto o mesmo fato e que no entanto são opostas do ponto de vista argumentativo. Devo concluir disso que o poder argumentativo de um enunciado não se determina somente pelo fato que esse enunciado expressa, mas também pela sua forma linguística. (Ducrot, 1988, p. 79)⁵

Sendo assim a forma linguística também é importante na concepção de Ducrot.

Na sequência das conferências, Ducrot aprofunda o segundo momento da ANL. Nesta revisão de literatura teórica não pretendemos estudar na Teoria dos Topoi, mas revisaremos de forma rápida alguns dos conceitos da Teoria da Polifonia. Para a construção do sentido do enunciado, é necessário observar a presença dos enunciadores, que, como explicado anteriormente, representam pontos de vista. Outro constituinte do sentido de um enunciado é a posição do locutor frente a esses enunciadores e temos ainda a assimilação de um enunciador a um determinado locutor. Quanto à posição do locutor, temos três possibilidades: identificação, aprovação, oposição.

Segundo Ducrot (1988, p. 66-67), na identificação o locutor apresenta um ponto de vista e se identifica com ele. No segmento *Pedro veio* o locutor apresenta um ponto de vista, a vinda de Pedro, e assume esse ponto de vista com o objetivo de impor o ponto de vista desse enunciador. A segunda forma de posicionamento do locutor perante o enunciador é a de aprovação. O locutor mostra-se de acordo com

⁵ Me encuentro otra vez ante dos frases que tienen las mismas condiciones de verdad, que expresan por lo tanto el mismo hecho e sin embargo son opuestas desde el punto de vista argumentativo. Debo concluir de esto que el poder argumentativo de un enunciado no se determina solamente por el hecho que expresa ese enunciado sino también por su forma lingüística.

um enunciador, mesmo que o enunciado não tenha o objetivo de impor o ponto de vista desse enunciador. Para exemplificar vejamos o seguinte exemplo *Pedro deixou de fumar*. Esse enunciado apresenta duas indicações: uma que está pressuposta: *Pedro fumava antes* e outra que é afirmada: *Pedro não fuma agora*. A cada uma dessas indicações chamaremos de enunciador, então teremos E1 Pedro fumava antes, e E2 Pedro não fuma agora. O locutor se identifica com E2 e aprova E1. Ducrot (1988, p. 67) finaliza dizendo: “Então o que comumente se chama pressuposição é aquilo que o locutor aprova e o que se chama de afirmação é o que o locutor se identifica” E temos ainda a terceira forma de posicionamento que é a oposição, geralmente encontrada em enunciados humorísticos onde o locutor mostra um ponto de vista absurdo e se opõe a ele sem apresentar nenhum outro ponto de vista possível.

Depois desse breve olhar sobre alguns conceitos da teoria da polifonia, vamos passar agora ao momento que mais nos interessará nessa análise: a Teoria dos Blocos Semânticos.

1.5 A Teoria dos Blocos Semânticos

Chamada aqui de TBS, a Teoria dos Blocos Semânticos tem início na tese de doutorado de Marion Carel, orientada por Ducrot. O trabalho que tomaremos por base para a composição deste momento da fundamentação teórica é o livro *La semántica argumentativa – Una introducción a la teoría de los bloques semánticos* que é constituído de conferências proferidas por Ducrot na Universidade de Buenos Aires e de textos de Marion Carel, publicados entre o final de junho e o início de julho de 2002.

A TBS rejeita a ideia de que o sentido de uma entidade linguística, seja ela uma palavra, sintagma, enunciado, etc., se encontra em fatores extralinguísticos. Essa teoria trata do sentido impresso no linguístico, aplicando os conceitos saussurianos, de forma a aprofundar as ideias apresentadas na forma standard da ANL. A partir de agora veremos como esse terceiro momento ao mesmo tempo retoma e leva adiante a forma standard, começando pelo conceito de encadeamentos argumentativos.

Segundo Ducrot (2005, p.14), os encadeamentos argumentativos são constituídos de dois segmentos ligados por um conector e são representados pela fórmula *X CONECTOR Y*. Essa fórmula é uma generalização dos encadeamentos. Aqui temos os segmentos representados por X e Y. Os conectores podem ser tanto normativos (DC vindo do francês *donc*) quanto transgressivos (PT vindo, também, do francês *pourtant*). A escolha de *donc* e *pourtant* é metodológica, pois eles representam respectivamente normatividade e transgressividade, no entanto poderiam ser substituídos por outras palavras ou outras conjunções.

Ducrot (2005, p.14) traz como exemplo de encadeamento argumentativo normativo *Pedro é prudente, portanto não terá nenhum acidente*⁶ e de encadeamento argumentativo transgressivo *Pedro é prudente, no entanto sofreu acidentes*⁷.

A relação entre prudência e acidente, nos casos acima, é feita de acordo com a construção do sentido pelo locutor. Veremos a seguir de que forma isso acontece.

De acordo com Ducrot (2005), os segmentos dependem um do outro para ter um sentido. É somente na relação entre os segmentos e na escolha do conector que conseguiremos compreender o sentido do discurso, e essa relações e escolhas são feitas pelo locutor. Sobre os dois tipos de encadeamentos apresentados anteriormente, Ducrot (2005, p. 16) diz: “(...) nos dois tipos de encadeamentos se manifesta um fato fundamental, a saber, que cada um dos segmentos encadeados toma seu sentido na relação com o outro. Esse fenômeno é o que chamamos de *interdependência semântica*⁸”.

Na continuação, Ducrot apresenta uma série de exemplos que elucidarão o conceito de interdependência semântica, falando de uma situação que ocorreu na École des Hautes Études en Sciences Sociales. Em determinado momento, durante uma reunião dos professores se propôs o tema das promoções. Um grupo de professores achou o tema importante e expressou que seria importante resolvê-lo naquela reunião, porém outro grupo de professores achou melhor postergar o assunto. Disso surgiu o enunciado:

⁶ Pedro es prudente, por lo tanto no tendrá ningún accidente.

⁷ Pedro es prudente, sin embargo sufrió accidentes.

⁸ (...) en los dos tipos de encadenamientos se manifiesta un hecho fundamental, a saber, que cada uno de los dos segmentos encadenados toma solamente su sentido en la relación con el otro. Este fenómeno es el que hemos llamado interdependencia semántica.

(1) É um verdadeiro problema, posterguemos o assunto, não nos ocupemos disso no momento.⁹

Entretanto, alguém que discordasse da ideia desse enunciado poderia ter dito o seguinte:

(2) É um verdadeiro problema, portanto, não posterguemos o assunto.¹⁰

E ainda outros discursos são possíveis:

(3) Não é um verdadeiro problema, portanto não posterguemos o assunto.¹¹

(4) Não é um verdadeiro problema, portanto posterguemos o assunto. Não falemos mais sobre isso.¹²

Podemos notar que o sentido de *problema* e o sentido de *postergar* têm a mesma interdependência nos discursos (1) e (3), e a mesma interdependência nos discursos (2) e (4). Em (1) e (3) temos a ideia de que frente a um problema devemos postergar a solução, algo que poderia ser explicitado pelo encadeamento *problema DC postergar a solução*, por outro lado em (2) e (4) percebemos que a ideia é a de que frente a um problema não devemos postergar a solução, o que poderia ser expresso pelo encadeamento *problema DC não postergar a solução*. O sentido do encadeamento varia de acordo com o que os locutores escolhem para compor os segmentos. Veremos a seguir como essas diferentes formas de construir encadeamentos ajudam a construir a ideia de bloco semântico.

Se traduzirmos (1), (2), (3) e (4) em encadeamentos argumentativos teremos, respectivamente, o seguinte: *problema DC postergar*, *problema DC não postergar*,

⁹ Es un verdadero problema, posterguemos el asunto, no nos ocupemos de eso por el momento.

¹⁰ Es un verdadero problema, por lo tanto, no posterguemos el asunto.

¹¹ No es un verdadero problema, por lo tanto no posterguemos el asunto.

¹² No es un verdadero problema, por lo tanto posterguemos el asunto. No hablemos más del tema.

não é um problema DC não postergar e não é um problema DC postergar. Chamaremos o primeiro segmento de A (problema) e o segundo de B (postergar) e a negação será abreviada como *neg*. Assim teremos: *A DC B*, *A DC neg B*, *neg A DC neg B* e *neg A DC B*. A cada um desses encadeamentos chamaremos de aspecto argumentativo.

Em Ducrot (2005, p. 20) temos uma explicação mais bem elaborada sobre os aspectos utilizando o seguinte exemplo: *O hotel está perto da universidade, portanto é fácil de chegar.*¹³ Nesse caso A será *perto* e B *fácil de chegar*, assim construímos o encadeamento *perto DC fácil de chegar* (aspecto argumentativo *A DC B*) para traduzir o enunciado. Esse é um exemplo de aspecto argumentativo do tipo normativo, pois utiliza DC. Podemos ter também o aspecto argumentativo do tipo transgressivo quando utilizarmos o conector PT. Vejamos o próximo exemplo, em Ducrot (2005, p. 21) *O hotel está perto da universidade, no entanto não é fácil de chegar.*¹⁴ Teremos então *perto PT neg fácil de chegar* (aspecto argumentativo *A PT neg B*).

Utilizando dois segmentos, dois conectores e também a negação podemos construir oito diferentes encadeamentos, que serão mostrados mais adiante neste trabalho. Por ora diremos que é importante eleger o conector correto para se construir o encadeamento, pois, segundo Ducrot (2005, p. 22), "(...) não existem orações que sejam incompatíveis entre si; todas as orações são compatíveis umas com as outras, o problema é decidir o conector correto, seja PT, seja DC".¹⁵

Veremos agora como, a partir de um encadeamento inicial, podemos construir outros encadeamentos e formar um bloco semântico. Vejamos uma paráfrase do enunciado (1) apresentado em Ducrot (2005, p. 23): "Há um verdadeiro problema, portanto o deixemos de lado."¹⁶ Aqui teremos o encadeamento *A DC B*, sendo que A significa *problema* e B *postergar*. Como dito anteriormente, podemos construir oito encadeamentos, ou seja, sete além do já demonstrado. No entanto, os encadeamentos devem possuir interdependência semântica para constituírem um mesmo bloco. No caso do exemplo acima temos ideia de que, frente a um problema,

¹³ El hotel está cerca de la Universidad, por lo tanto es fácil llegar.

¹⁴ El hotel está cerca de la Universidad, sin embargo no es fácil llegar.

¹⁵ (...) no hay oraciones que sean incompatibles entre sí, todas las oraciones son compatibles unas con otras, el problema es elegir el conector correcto, sea SE, sea PLT.

¹⁶ Hay un verdadero problema, por lo tanto dejémolo de lado.

devemos postergá-lo. Entretanto, vejamos o seguinte exemplo também apresentado em Ducrot (2005, p. 24): “Há um verdadeiro problema, portanto não o deixemos de lado.”¹⁷ Nesse caso, o encadeamento será A DC neg B e a interdependência consiste na ideia de que frente a um problema não devemos postergá-lo.

De acordo com a ideia de, quando temos um problema devemos postergá-lo, podemos criar os seguintes encadeamentos:

problema DC postergar
 problema PT neg postergar
 neg problema PT postergar
 neg problema DC neg postergar

Construiremos, assim, o bloco semântico 1 (BS1):

A DC B
 A PT neg B
 neg A PT B
 neg A DC neg B

Já com a ideia oposta, de que quando temos um problema não devemos postergá-lo, criaremos os seguintes encadeamentos:

problema DC neg postergar
 problema PT postergar
 neg problema DC postergar
 neg problema PT neg postergar

que formarão o bloco semântico 2 (BS2):

¹⁷ Hay un verdadero problema, por lo tanto no lo dejemos de lado.

A DC neg B

A PT B

Neg A DC B

Neg A PT neg B

Dessa forma, apresentamos a espinha dorsal da Teoria dos Blocos Semânticos, que se constitui na ideia de encadeamento argumentativo, advinda do conceito saussuriano de relação; de aspecto argumentativo, que se forma da interdependência semântica entre os dois segmentos ligados por um ou outro conector. E o conjunto de encadeamentos com a mesma interdependência constitui um bloco semântico.

Ducrot (2005) propõe uma formalização dos blocos semânticos através da ideia de quadrado argumentativo, em que os aspectos de cada bloco formarão relações discursivas, chamadas de conversas, recíprocas e transpostas. Para compreendermos a ideia do quadrado, faz-se necessária a introdução de uma nova nomenclatura terminológica. O primeiro segmento será denominado X, o segundo segmento será chamado de Y e CON servirá para ambos os conectores. Entretanto, na formulação do quadrado, quando CON representar DC, por exemplo, CON' representará PT e o oposto também se seguirá, quando CON corresponder à PT, CON' será o DC. A negação continuará representada por neg.

Em Ducrot (2005, p. 40), temos a apresentação dos aspectos e suas relações discursivas, em que veremos que A CON B e A CON' neg B são conversos dentro do bloco semântico 1 e neg A CON' B e neg A CON neg B são conversos no bloco semântico 2. Quanto aos recíprocos, teremos no bloco semântico 1 A CON B e neg A CON neg B, e no bloco semântico 2 neg A CON' B e A CON' neg B. E por fim as relações entre aspectos transpostos serão apresentadas no bloco semântico 1 entre A CON B e neg A CON' B e no bloco semântico 2, entre neg A CON neg B e A CON' neg B.

Podemos notar que os conversos são construídos a partir da manutenção do primeiro segmento, a troca do conector e a negação do segundo segmento; nos recíprocos temos negação do primeiro segmento, a troca do conector e também a negação do segundo segmento e no caso das transpostas teremos a troca do conector, a negação do primeiro segmento e a manutenção do segundo segmento.

Dessa forma construímos o seguinte quadrado que demonstra as relações discursivas de forma genérica dos dois blocos semânticos:

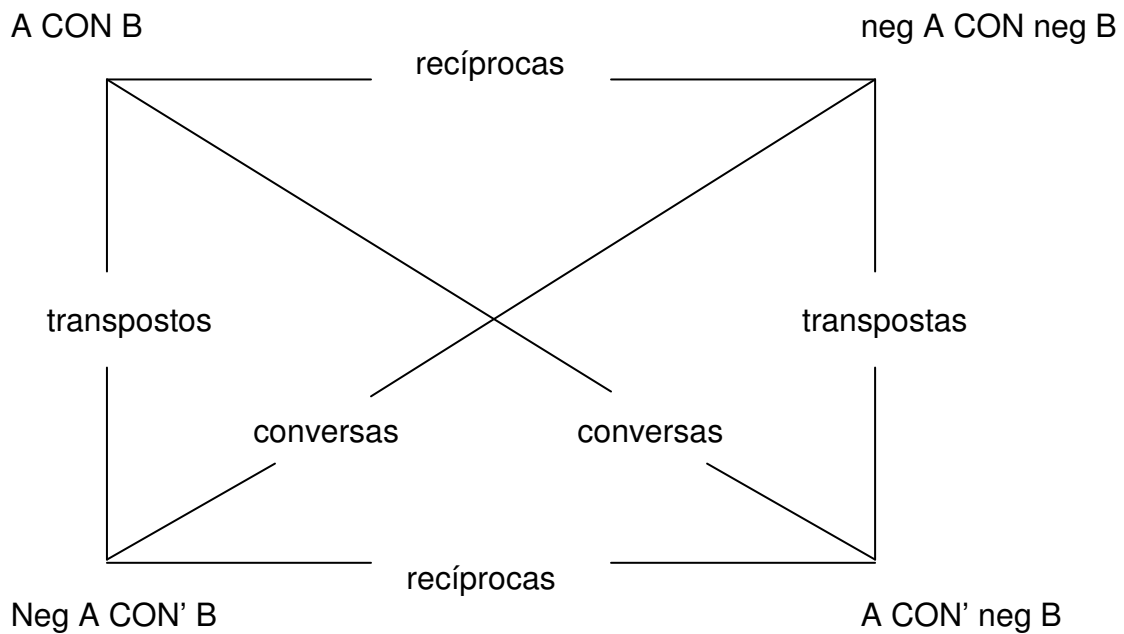


Figura 1 – Quadrado argumentativo Fonte: (Ducrot, 2005, p.41)

Vejamos agora a aplicação da formalização dos blocos semânticos em quadrados argumentativos. No primeiro caso onde *problema DC postergar* representa o BS1 teremos a formulação do seguinte quadrado:

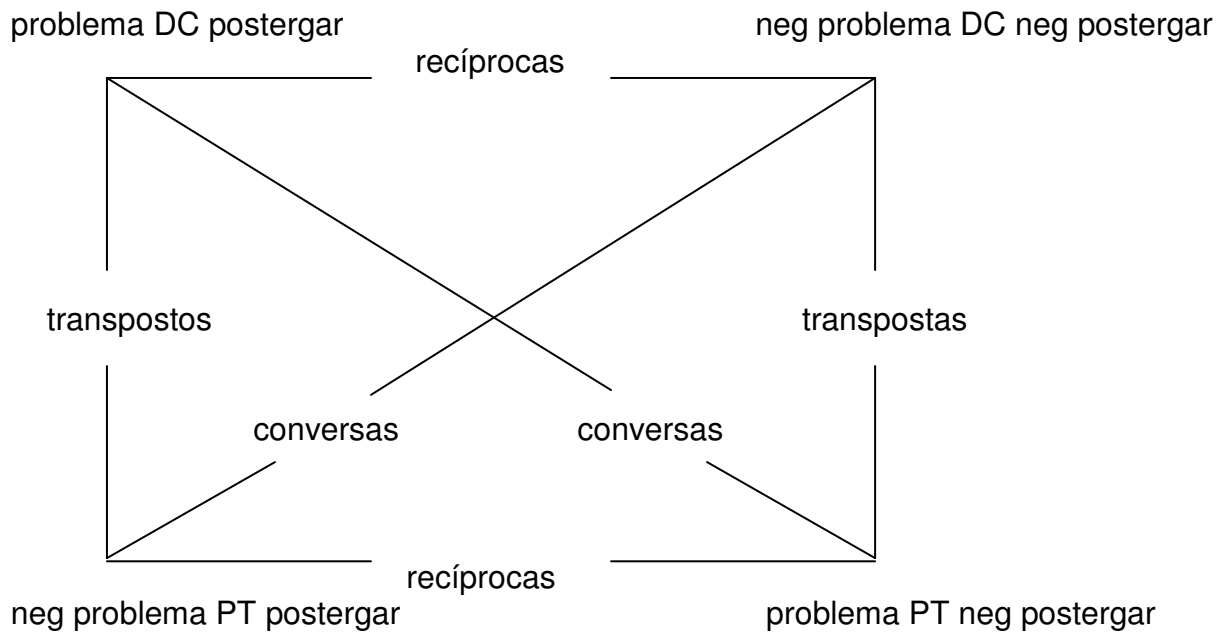


Figura 2 – Representação em forma de quadrado argumentativo de BS1 Fonte: O autor

E no caso da ideia contrária, BS2, em que *problema DC neg postergar* teremos o seguinte quadrado:

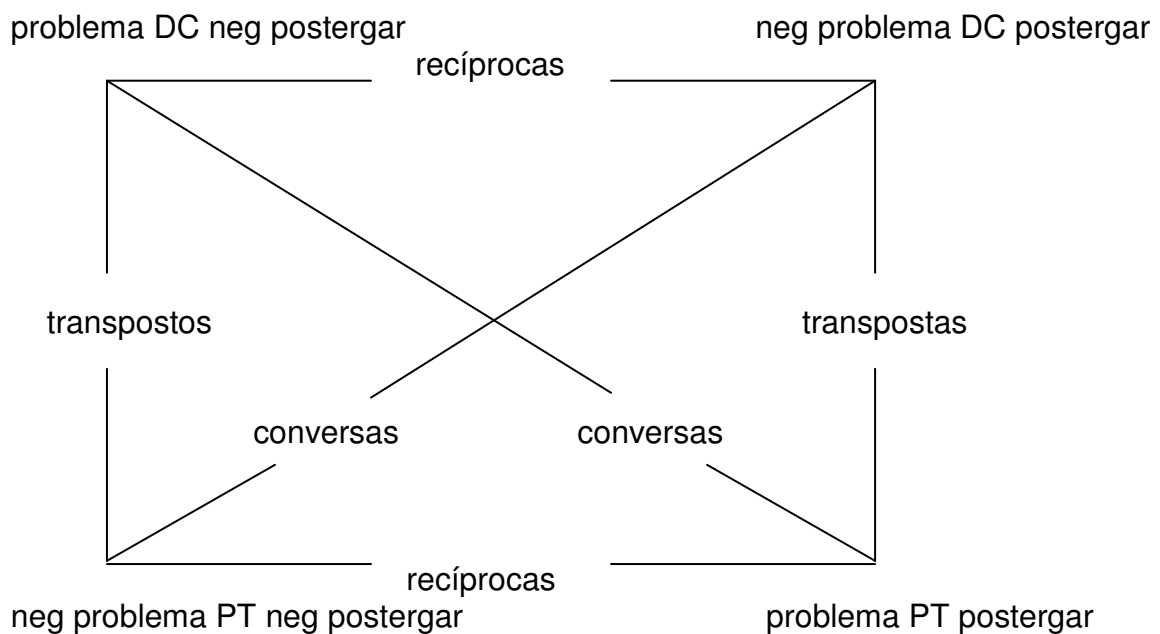


Figura 3 – Representação em forma de quadrado argumentativo de BS2 Fonte: o autor

Temos assim as duas formas de bloco semântico representadas por quadrados argumentativos. Esses diferentes quadrados só ocorrem devido às diferentes interdependências semânticas que são construídas pelos locutores.

O quadrado argumentativo serve também como forma de colocar em teste os encadeamentos que serão produzidos nas análises, pois, ao criar um encadeamento automaticamente, estamos criando também os outros encadeamentos que formarão o bloco. O quadrado servirá para mostrar as relações entre esses encadeamentos e verificar se essas relações são verossímeis pela interdependência semântica criada pelo enunciado em estudo. Entretanto, não julgamos necessária a construção de quadrados específicos para cada objeto de estudo que traremos adiante pois isso tornaria o texto demasiado longo. Preferimos deixar apenas nesta fundamentação um quadrado construído e apenas referir as relações discursivas que, a partir dele, apresentamos.

O conceito de argumentação interna também será importante nas análises que serão realizadas no presente trabalho. Ducrot (2005, p. 64) aponta que “A argumentação interna (AI) de uma entidade *e* está constituída por certo número de aspectos *a* que pertencem os encadeamentos que parafraseiam essa entidade *e*”¹⁸. Veremos que, por *entidade*, Ducrot entende tanto itens lexicais quanto sintagmas. As AI são um modo de parafrasear, em forma de encadeamento, as entidades em questão.

Em Ducrot (2005) teremos a apresentação de propriedades que diferem as AI das argumentações externas, que serão o tema do próximo momento dessa fundamentação. Por ora apresentaremos as propriedades das AI. A primeira delas é que os encadeamentos que formam alguma AI não contêm a entidade *e* como um de seus segmentos (Ducrot, 2005, p. 65). Por exemplo, ao descrever *prudente*, podemos criar o seguinte encadeamento *perigo DC precaução*.

A segunda propriedade distintiva entre AI e argumentação externa (AE) é a de que não encontraremos o aspecto converso nas AI, mas sim o aspecto recíproco. De acordo com Ducrot, veremos um exemplo de como as AI não podem apresentar o aspecto converso:

¹⁸ La argumentación interna (AI) de una entidad *e* está constituida por un cierto número de aspectos *a* los que pertencem los encadenamientos que parafrasean esta entidad *e*.

Retomemos o exemplo de *prudente*. Na sua AI encontramos, neste meu ponto de vista, *perigo DC precaução*, mas não *perigo PT neg precaução*, já que *perigo PT neg precaução* é a AI de outra palavra, a saber, *imprudente*. No caso de *inteligente* encontramos em sua AI *difícil PT compreende*, mas não *difícil DC neg compreende* que é a AI de *não inteligente* ou de *bobo*. (Ducrot, 2005, p. 65)¹⁹

Aqui percebemos que o aspecto converso de uma *e* representa seu oposto semântico. Para elucidar o fato de que o aspecto recíproco pode ser encontrado nas AI, Ducrot (2005, p. 65) apresenta a AI da palavra *prova*, onde teremos *bom aluno DC aprova*. E seu aspecto recíproco se constituiria em *neg bom aluno DC neg aprova*, que ainda faria parte da AI de *prova*. Aqui se faz necessário um pequeno parêntese. Ducrot (2005, p. 66) defende-se de um questionamento utilizando uma ideia socrática de que as palavras comportam a ideia de bem, pois na AI de *prova* podemos questionar o encadeamento dizendo que, na verdade, essa AI corresponde a *boa prova*. No entanto, se as palavras, conforme Sócrates, carregam a noção de bem, não é necessária a apresentação do adjetivo *boa*, pois a noção de bem já está presente intrinsecamente em *prova*.

A AE de uma entidade *e* são “(...) os encadeamentos em que *e* pode ser a origem, e o término. Em outras palavras, a argumentação externa de uma entidade *e* está constituída pelos encadeamentos que vão até *e* ou que vem de *e*.” (Ducrot, 2005, p. 62). Seguiremos com a utilização de *prudente* como exemplo. Uma argumentação externa possível é *Pedro é prudente, portanto estará seguro*, onde encontramos a própria entidade dentro do encadeamento e esta é a primeira propriedade distintiva de uma AE das AI. Podemos ter também o encadeamento que vá até *e*: *Tem medo, portanto é prudente*, mais uma vez encontramos a entidade no encadeamento.

De acordo com Ducrot, a segunda das propriedades distintivas é a seguinte:

Suponhamos que um aspecto corresponde a argumentação externa de *e* e esse aspecto é do tipo *e CON X*, por exemplo *prudente DC segurança*. Sendo assim, diremos que na AE dessa mesma *e*

¹⁹ Retomemos El ejemplo de *prudente*. En su AI encontramos, desde mi punto de vista, *peligro PLT precaución*, pero no *peligro SE neg precaución*, ya que *peligro SE neg precaución* es la AI de otra palabra, a saber, *imprudente*. En el caso de *inteligente* encontramos en su AI *difícil SE comprende* pero no, *difícil PLT neg comprende* que es la AI de *no inteligente* o de *tonto*.

encontraremos também um aspecto em que *e* está ligado a *neg X* mediante *CON'*. Dessa forma, se na AE de *prudente* está o aspecto *prudente DC segurança*, também estará o aspecto *prudente PT neg segurança*. Como se observa, os aspectos pertencentes as AE vão sempre em pares. (Ducrot, 2005, p.63)²⁰

O caso acima é de uma AE à direita, pois o encadeamento vem de *e*. E no caso contrário, onde o encadeamento leva a *e*, ou seja, *X CON e*, chamaremos de AE à esquerda.

Também temos a diferenciação entre AE estrutural e AE contextual apresentada por Ducrot (2005, p. 64). As argumentações externas estruturais estão previstas na língua, fazem parte da significação linguística de *e*, que é o caso de *prudente DC segurança*. No entanto, podemos também contextualizar *e* de forma que seu sentido venha a depender da situação discursiva. Ducrot exemplifica com o contexto em que se contrata um guarda costas para a proteção contra assassinos. Se o guarda costas for prudente, ele não arriscará a sua vida para salvar aquele que o contratou, logo podemos criar o encadeamento *prudente DC neg segurança* que não está previsto na língua, mas é possível dentro desta situação discursiva.

Essa diferenciação também diz respeito às AI, que podem ser estruturais e contextuais. Vejamos o exemplo em Ducrot (2005, p. 77):

Chamo “livre” a quem faz o que a sociedade proíbe.²¹

Nesse caso a AI de *livre é proibido DC faz que* é um sentido dado pelo enunciado, que é construído da forma como o locutor deseja significar a palavra *livre*.

Gostaríamos de propor uma figura que pode ajudar na compreensão dos conceitos de AI e AE:

²⁰ Supongamos que un aspecto corresponde a la argumentación externa de *e* y este aspecto es del tipo *e CON X*, por ejemplo *prudente PLT segurança*. Si esto es así, diremos que en la AE de esa misma *e* encontreremos también un aspecto en el que *e* está unido a *neg X* mediante *CON'*. De esta manera, si en la AE de *prudente* está el aspecto *prudente PLT seguridad*, también estará el aspecto *prudente SE neg seguridad*. Como se observa, los aspectos pertenecientes a la AE van siempre por pares.

²¹ Llamo “libre” a quien hace lo que la sociedad prohíbe.

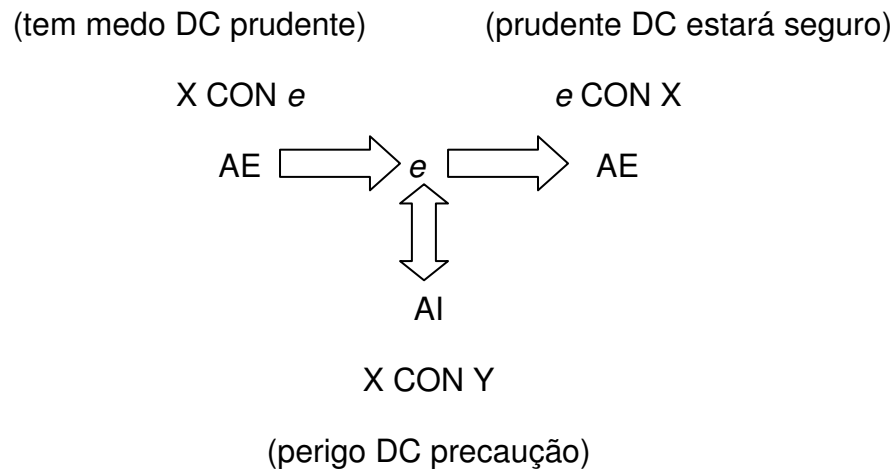


Figura 4 – Relação das argumentações com a entidade
Fonte: o autor

Na figura, *e* representa a entidade *prudente*, *X* e *Y* são os segmentos interligados por um conector *CON*.

Com a figura acima tentamos mostrar como as argumentações se relacionam com a entidade *e*. *X CON e* é a argumentação externa à esquerda, aquela que nos leva até a entidade *e*; *e CON X* é a argumentação externa à direita, ou seja, a argumentação que é resultante da *e*. *X CON Y* é a argumentação interna da *e*. Optamos por colocar as setas com pontas duplas para demonstrar que a *AI* está inserida na *e*, ou seja, representa uma paráfrase da *e*.

1.5.1 O paradoxo na ANL

Nas conferências que deram origem ao livro *La semántica argumentativa* (2005), Ducrot também fala sobre a questão do paradoxo. E utilizaremos também um artigo escrito por Ducrot e Carel. No primeiro momento das conferências, Ducrot mais uma vez se opõe à ideia de que a língua contém opiniões intrínsecas. Dessa vez se opõe ao que chama de “expressão socialmente paradoxal” (Ducrot, 2005, p. 78).

Ducrot (2005) começa definindo o paradoxal na ANL através da apresentação do que chama de encadeamento doxal, para depois passar aos encadeamentos

paradoxais; mais adiante essa diferenciação será feita também nos enunciados e nas palavras.

De acordo com Ducrot (2005, p. 79-80) um encadeamento (X CON Y) é doxal quando um dos segmentos faz parte da AE estrutural de X ou de Y. Exemplifica com o seguinte exemplo:

Havia perigo, portanto Paulo tomou precauções.²²

Temos assim o encadeamento *perigo DC precaução* que é doxal, pois pode ser considerado uma das AE possíveis de *Havia perigo*. Como também poderíamos chamar de doxal a seguinte continuação: *no entanto Paulo não tomou precauções* que também é uma AE possível do primeiro segmento. Podemos observar que, por se tratar de uma AE estrutural, ela é considerada prevista na língua.

Sobre os encadeamentos paradoxais, no mesmo trabalho, Ducrot explica que o paradoxal é:

(...) o paralelo ao doxal. Recordamos que um encadeamento X CON Y é paradoxal se X CON' Y pertence a AE estrutural de X ou de Y. Por exemplo uma argumentação X DC Y é paradoxal, se na AE estrutural de X temos X PT Y. A ideia geral é que um encadeamento paradoxal é oposto à AE de um de seus segmentos. É oposto no sentido em que existe uma troca de conector entre ambos. (Ducrot, 2005, p.82)²³

Vejamos um exemplo trazido por Ducrot:

Pedro disse isso, portanto não pensa isso.²⁴

²² Había peligro por lo tanto Pablo tomó precauciones.

²³ (...) es lo paralelo a lo doxal. Recordemos que un encadenamiento X CON Y es paradójico si X CON' Y pertenece a la AE estructural de X o de Y. Por ejemplo, una argumentación X PLT Y es paradójica, si en la AE estructural de X tenemos X SE Y. La idea general es que el encadenamiento paradójico es opuesto a la AE de uno de sus términos. Es opuesto en el sentido en que hay un cambio de conector entre ambos.

²⁴ Si Pedro dice eso, por lo tanto no lo piensa.

A AI desse encadeamento é *disse DC neg pensa* que o caracteriza como encadeamento paradoxal, pois na AE estrutural de X (nesse caso *Pedro disse*) não temos a previsão da continuação *DC neg pensa*.

Depois passamos às definições de sintagma paradoxal, e mais uma vez Ducrot parte do doxal: Um sintagma doxal é um sintagma cuja AI é um encadeamento doxal. (Ducrot, 2005, p. 83). Por exemplo, *parente cordial* tem na sua AI: *x ama y DC x se dá bem com Y*, que é uma AE estrutural possível de *x ama y*.

No caso dos sintagmas paradoxais, um dos exemplos trazidos por Ducrot é o sintagma *amor sádico*, onde teremos o seguinte encadeamento *ama DC faz sofrer*. É considerado paradoxal, pois na AE estrutural de *amar* teremos *ama DC neg faz sofrer* ou *ama PT faz sofrer*.

Por último, Ducrot (2005) apresenta sua definição para palavras paradoxais, e para isso utiliza a palavra *masoquista*, que afirma ser “(...) alguém que gosta de sofrer” (Ducrot, 2005, p. 85). Teremos para a palavra acima a seguinte AI: *sofre DC está satisfeito*. No entanto na AE estrutural de *sofrer* temos: *sofre DC neg está satisfeito*.

Ducrot (2005) ainda faz um último comentário sobre o paradoxal dentro da ANL, propondo uma hipótese chamada hipótese lexical. Essa hipótese:

(...) consiste em dizer que a AI de uma palavra (utilizo palavra no sentido de elemento de léxico) é sempre doxal ou paradoxal. Não existem palavras cuja AI se coloque em um lugar intermediário entre o doxal e o paradoxal. Essa seria uma maneira de distinguir a palavra do sintagma. A saber, além dos sintagmas doxais e paradoxais, existem também sintagmas que não são doxais nem paradoxais. (Ducrot, 2005, p. 86-87)²⁵

Segundo Ducrot (2005), devido às grandes possibilidades do locutor de construir sintagmas, temos esses sintagmas que não são doxais nem paradoxais. Como exemplificação, podemos usar o seguinte enunciado:

²⁵ (...) que consiste en decir que la AI de una palabra (utilizo *palabra* en el sentido de *elemento del léxico*) es siempre o bien doxal o bien paradójica. No existen palabras cuya AI se ubique en un lugar intermedio entre o doxal y lo paradójico. Esta sería una manera de distinguir la palabra del sintagma. En efecto, además de los sintagmas doxales e paradójicos, existen también sintagmas que no son ni doxales ni paradójicos.

Pedro gosta de cenouras.

Teremos então a AI *come cenouras* DC *está contente*, mas não necessariamente teremos como AE de *comer cenouras* o encadeamento: *comer cenouras* DC *estar contente*, nem *comer cenouras* PT *neg estar contente*. Podemos concluir que não há na palavra *cenouras* uma continuação prevista pela língua, sendo assim fica a cargo do locutor construir o enunciado de forma que *comer cenouras* tenha sua significação contextual.

1.6 Reflexões sobre a ANL

Do que foi trazido na fundamentação teórica sobre os pensamentos de Ducrot, juntamente com Anscombe, em um primeiro momento, e mais adiante com Carel, podemos notar na opinião de Ducrot que a palavra orienta para uma continuação no discurso, o que fica evidente na concepção de Argumentação Externa estrutural.

A noção de verdade, ou seja, aquilo em que o locutor acredita, está, para Ducrot, dentro da língua, sem levar em consideração as informações extralinguísticas. Esse é um fato importante, pois ao contrário de outras áreas de estudos sobre as ciências humanas, a linguística trata do estudo de língua e discurso, deixando os outros fatores fora do linguístico para outras áreas ou para interfaces de outras áreas com a linguística. Não queremos aqui defender esta ou aquela teoria, muito menos este ou aquele ponto de vista, apenas deixar claro que se pode estudar um mesmo objeto de diferentes pontos de vista e, logicamente, obter diferentes resultados. Aqui escolhemos as teorias enunciativas, em especial o momento mais recente da ANL, pois acreditamos que é importante estudar um objeto linguístico a partir de um ponto de vista puramente linguístico sem apelar para fatores externos.

A TBS radicaliza a ideia saussuriana de relação através da criação dos encadeamentos argumentativos, digo radicaliza, pois leva às últimas consequências a noção de relação, mostrando de forma simples como as relações estão inseridas na língua, e principalmente sendo construída pelos locutores. Prova disso é que a

construção do bloco semântico considera uma interdependência semântica que é construída pelo locutor, pois dois diferentes locutores podem usar diferentes interdependências e acabarão formulando diferentes blocos a partir dos mesmos conceitos.

1.7 Breve aproximação entre Benveniste e Ducrot

O que mais nos importará neste trabalho é a ideia de forma vazia associada à ideia de paradoxo. Sendo o paradoxo de Ducrot uma continuação não prevista na língua para um segmento, ou seja, uma imprevisibilidade na orientação da palavra, sintagma ou enunciado, e a forma vazia uma forma a ser preenchida no uso da língua pelo locutor, podemos dizer que o paradoxo se insere no vazio de um signo de forma não prevista pela língua.

Quando criamos o encadeamento de uma entidade lexical, estamos respeitando a orientação que é dada por essa entidade, e respeitando também a parte cheia dessa entidade, preenchendo somente o necessário, ou seja, preenchendo a parte que está ainda vazia. No entanto, o paradoxo é criado exatamente não respeitando a orientação; sendo assim imprevisível e construído de acordo com o locutor, de acordo com o sentido que o locutor pretende criar utilizando essa imprevisibilidade.

Vejamos, na página seguinte, mais uma figura que pode ajudar com uma ideia mais clara do que está sendo dito neste trabalho:

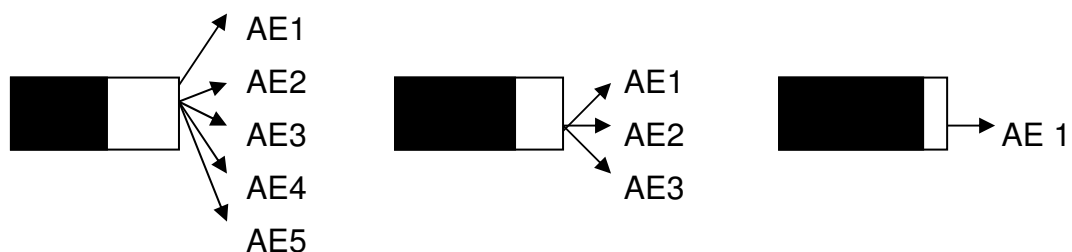


Figura 5 – Relação das formas vazias com as argumentações externas
Fonte: O autor

A figura mostra a relação que as argumentações externas têm com a parte vazia do signo. O retângulo simboliza uma entidade, seja palavra, sintagma, etc. A parte escura do retângulo é o que consideramos o que já está preenchido e a parte branca, a parte a ser preenchida, a vazia. De acordo com a figura, e com nosso pensamento até o momento, quanto maior a parte preenchida, menor a parte vazia. Mas o importante que pretendemos trazer aqui é que quanto maior a parte vazia mais possibilidades de continuações. Os números ao lado de cada AE representam apenas possibilidades de continuação. Essas possibilidades não podem ser medidas, pois cada signo terá uma gama variada, no entanto o que queremos mostrar aqui é a relação da parte vazia com as AE. A parte mais à direita da figura não quer dizer que aquela parte vazia possui apenas uma possibilidade de continuação, quer dizer apenas que contém menos possibilidades do que a parte central da figura, que por sua vez contém menos possibilidades do que a parte mais à esquerda.

Aplicaremos o que foi dito no parágrafo acima em um exemplo. A palavra *árvore* tem muitas possibilidades de continuação, ou seja, orienta para diversas sequências. Isso ocorre devido a sua parte vazia. Quando associamos discursivamente essa palavra com *genealógica*, teremos a construção de uma outra entidade e, então, estaremos restringindo suas possíveis continuações. Não podemos mais combinar com ideias relacionadas a plantas, por exemplo. Se estivéssemos falando apenas de *árvore*, ainda seria possível fazermos continuações que carregassem ideais relacionadas a plantas, mas *árvore genealógica* não pode ser relacionada a plantas. Diremos então que *árvore genealógica* tem uma parte vazia menor do que *árvore*, pois possui menos AE à esquerda possíveis.

Se continuarmos o discurso e criarmos, por exemplo, *árvore genealógica materna*, o sentido ficará ainda mais restrito. Já não podemos utilizar continuações que tragam a ideia de que a entidade *árvore* é uma planta e agora também restringimos o sentido para apenas o lado materno de uma *árvore genealógica*. A entidade *árvore genealógica materna* possui uma parte vazia menor do que a entidade *árvore*, logo possui menos continuações possíveis.

Podemos considerar também que a parte escura dos retângulos represente a AI estrutural da entidade, ou seja, a parte que está presente na estrutura da palavra,

que faz com que o encadeamento argumentativo seja estrutural e não contextual. Para se ter uma AI contextual precisamos de um contexto discursivo maior.

Mais uma vez, de acordo com o exemplo criado para exemplificar a figura 5, podemos dizer que *árvore* possui uma parte estrutural que representa algo como *estrutura organizada*. Podemos criar outros sintagmas utilizando a palavra *árvore*: *árvore genealógica*, *árvore sintática*, etc. Nesses casos, nos parece que a ideia de *estrutura organizada* está sempre presente. Sendo assim, podemos dizer que na AI estrutural de *árvore*; ou, segundo Benveniste, na sua parte não vazia, podemos encontrar a ideia de *estrutura organizada*.

A forma vazia é preenchida quando prevista pela língua; quando não é prevista, precisamos de um contexto maior, que é criado pelo locutor.

Imaginamos também que a forma vazia corresponde à parte estrutural da língua, por isso acaba não prevendo o paradoxo. Quando Benveniste fala da forma vazia, aponta que é preciso uma contextualização discursiva por parte do locutor para criar o sentido, no entanto não diz se esta contextualização tem que estar prevista pela língua. Acreditamos que o paradoxo também pode precisar dessa contextualização discursiva, logo, podemos dizer que a forma vazia descrita por Benveniste não abrange o paradoxo. Entretanto, a não previsibilidade pela língua do contexto discursivo criado por um locutor pode servir para corroborar que o signo vazio oriente para o paradoxo.

Se Benveniste não diz que a contextualização deve estar prevista pela língua, ela pode não estar. Não é feita uma restrição do tipo “prevista pela língua”. Uma ideia que sustenta nossa ideia é a de Sócrates, de que quando descrevemos algo, descrevemos de forma positiva. Colocando essa proposição em nossos estudos, podemos afirmar que as orientações levam para uma previsibilidade positiva. E por positivo queremos dizer aqui que é apenas mais prevista, não usamos o sentido de positivo como “agradável”, pois uma orientação pode levar para algo “desagradável” e mesmo assim ser prevista na língua. A ideia de positividade de Sócrates apenas afirma que utilizamos o que é mais previsto pela linguagem quando pensamos sobre a linguagem. Isso também serve para elucidar o fato de que o paradoxo prende a atenção do leitor, pois este precisa procurar no contexto discursivo a continuação possível da entidade em questão.

Quando nos deparamos com a palavra *prudente*, por exemplo, prevemos que sua orientação, sua continuação, nos levará para algo agradável, enquanto *imprudente* nos levará para algo desagradável. Isso é intrínseco à estrutura da língua. Para *prudente* nos levar a uma continuação desagradável precisaremos construir um contexto maior.

Ducrot acaba tratando o paradoxo como sendo algo estrutural, pois os encadeamentos criados a partir de entidades paradoxais correspondem à oposição de uma A.E. estrutural. A oposição ao estrutural não transforma o encadeamento em contextual, pois estrutural e contextual não são opostos, apenas diferentes.

Neste trabalho, proporemos que o paradoxo também pode ser considerado contextual, pois pode ser totalmente construído a partir de uma situação discursiva criada por um locutor, logo só pode ser entendida da forma contextual. Necessitamos de um contexto mais amplo para estudar esse paradoxo que chamaremos de paradoxo contextual.

Uma última palavra sobre as formas vazias e os paradoxos. Acreditamos que a forma vazia orienta para uma continuação prevista pela estrutura da língua, já no paradoxo a continuação não é prevista, mas sim discursiva, sendo, em alguns casos compreendida, com um contexto menor (como uma palavra, sintagma ou enunciado) e em outros precisando de um contexto maior (texto mais longo como uma música ou crônica). Concluimos que as formas vazias não orientam para paradoxos contextuais, pois orientam para continuações estruturais, logo podem orientar, no máximo, apenas para os paradoxos estruturais.

2 O paradoxo em palavras, sintagmas e enunciados

Iniciaremos aqui as análises dos objetos selecionados. Por motivos metodológicos iremos trabalhar com uma divisão em dois capítulos. No primeiro capítulo, analisaremos de itens lexicais a enunciados e, no capítulo seguinte, trabalharemos com as análises de textos completos. Preferimos essa divisão metodológica por considerarmos necessário que se estudem os paradoxos fora de um contexto maior, por isso foram selecionados enunciados, sintagmas e palavras. É importante esse recorte devido à complexidade do tema proposto e, sendo assim, é fundamental uma compreensão do funcionamento do paradoxo em si para depois estudar como ele é encontrado em um objeto mais complexo.

Também é importante deixar claro que cada objeto será analisado da forma que lhe for mais produtiva. Não pretendemos propor aqui uma metodologia de análise que abarque todas as possibilidades de realização da língua. Queremos utilizar a fundamentação teórica do capítulo anterior como base para as análises, mas cada objeto terá sua própria forma de estudo. Iniciaremos as análises deste momento do trabalho com o estudo de palavras paradoxais.

2.1 Palavras paradoxais

Segundo Ducrot, nas conferências proferidas em Buenos Aires, *masoquista* é uma palavra que pode ser considerada paradoxal, pois em sua AI temos *sofre DC está satisfeito*, em que o segundo segmento opõe-se a uma AE possível do primeiro, pois o segmento *sofre* tem como AE *neg está satisfeito*, mas, no caso do exemplo de Ducrot, a falta da negação do segundo segmento acaba tornando o item lexical paradoxal.

Partindo dessa explicação, buscamos outros dois itens para análise. O primeiro deles é:

(1) devaneio

Primeiramente faremos a argumentação interna desta palavra:

AI de (1): sonho DC desperto

O devaneio é um estado em que as pessoas sonham mesmo estando acordadas, e aqui o item lexical *sonho* acontece em seu estado estrutural. Para análise dessa palavra, é importante que não se confunda o sentido estrutural com o contextual; falaremos desta diferença logo mais.

Veremos agora possíveis argumentações externas estruturais:

AE à direita do primeiro segmento de (1): sonho DC neg desperto

AE à direita do segundo segmento de (1): desperto DC neg poder sonhar

De acordo com as duas AE estruturais criadas a partir da palavra *devaneio* notamos que *sonho* não prevê a continuação *DC desperto* em sua AE estrutural, mas prevê *DC neg desperto*, que é o oposto do que está inserido na AI de *devaneio*. Sendo assim, notamos que na AI da palavra *devaneio* temos uma continuação que não é prevista pela estrutura da língua.

Como mencionado logo acima, não devemos confundir o sentido estrutural com o contextual, pois em caso de sentido contextual da palavra *sonho*, utilizada na criação do encadeamento, não teríamos uma palavra paradoxal, pois *sonho*, no sentido contextual, pode também dizer respeito a um desejo de alguém, coisa que poderia perfeitamente acontecer enquanto esse alguém está acordado.

A escolha pelo sentido estrutural nesse momento é justificada pela falta de contexto. Em caso de poesias, textos mais longos, ou até mesmo enunciados, o sentido contextual se torna mais presente, pois o contexto cria o sentido. Enquanto se estuda um item de forma isolada de um contexto maior, a forma mais simples, e talvez a mais justa, é utilizar seu sentido estrutural, pois caso contrário acabaríamos nos perdendo em sentidos que não estão presentes na palavra, uma vez que as palavras podem ser utilizadas de acordo com as escolhas dos falantes.

Percebemos que o encadeamento que representa a AI de (1) encontra-se em um bloco em que a interdependência aponta que é possível sonhar estando acordado, e os encadeamentos que representam as AE estruturais estão no bloco oposto, que postula a interdependência em que não se pode sonhar estando acordado. O bloco da AI é o BS1 e o bloco da AE estrutural é o BS2; contudo, se invertermos o conector da AI teremos:

AI CON': sonho PT desperto

Esse encadeamento com o conector invertido em relação à AI da palavra *devaneio*, e a manutenção dos segmentos A e B, situa-se no BS2, o bloco que diz que não se pode sonhar e estar acordado ao mesmo tempo. Dessa forma, teríamos um encadeamento doxal. A simples inversão do conector pode ser vista como uma espécie de “teste” para o encadeamento: se, com a inversão, o encadeamento se torne doxal, ele era, no primeiro momento, paradoxal.

Deste primeiro objeto analisado percebemos que o segmento A orientava para uma determinada continuação, e o segmento B orientava para uma outra continuação. As continuações dos primeiros segmentos indicam continuações opostas. O que queremos apontar aqui é que, na palavra *devaneio*, as orientações de cada segmento acabam levando a direções opostas, no entanto o encadeamento é construído utilizando o conector que promove a normatividade entre esses opostos, criando assim o paradoxo dentro do item lexical.

Seguiremos agora para a análise da segunda palavra que encontramos e consideramos paradoxal. A saber:

(2) eutanásia

Na AI desse item lexical, criamos o seguinte encadeamento:

AI de (2): tirar a vida DC fazer boa ação

Nesse caso, temos, então, uma interdependência que mostra que tirar a vida é algo positivo. A eutanásia ocorre quando uma pessoa enferma ainda tem vida, no entanto essa vida não é plena, seja de consciência ou de capacidade para controlar as funções básicas do seu próprio corpo. Em termos médicos, o paciente está em um estado em que está vivo, mas não possui estrutura física ou psíquica para continuar vivo sem a ajuda de aparelhos que mantêm as funções corporais acontecendo. Nesse estado pode ocorrer o desligamento dos aparelhos, causando a morte do paciente.

De acordo com os segmentos criados na AI, podemos ter a seguinte AE estrutural do primeiro segmento de (2):

tirar a vida DC neg fazer boa ação

Temos a manutenção do segmento A, a manutenção do conector e a inversão do segundo segmento. Esse encadeamento se opõe à AI de *eutanásia*, que se situa no BS1, enquanto a AE se situa no BS2.

Diferentemente de (1), não precisamos nos preocupar com a utilização ou não do sentido contextual, pois nesse caso o encadeamento não possui segmentos criados apenas por uma palavra que pode ter mais de um sentido, mas sim por uma oração²⁶ que se relaciona com outra oração por meio de um conector que revela a relação entre elas. Não queremos dizer que essas orações não possam sofrer alterações de sentido, como ironia ou a própria utilização de um contexto maior, no entanto podemos perceber que, quando se trata de uma oração, o sentido é mais completo.

Essa completude de sentido pode ser explicada com a ideia benvenistiana de signo vazio, comentada na fundamentação teórica. Quando nos deparamos com um item lexical isolado, seu sentido é muito amplo, podendo ser associado a diversas continuações, ou seja, podendo ser orientado para mais continuações. Porém, quando temos mais do que uma palavra, o sentido que pode ser dado a uma continuação é mais restrito, pois sua parte vazia é menor. Voltamos a frisar que

²⁶ Nesse momento, utilizamos “oração” de acordo com a gramática tradicional.

defendemos a ideia de que quanto menor a parte vazia, menores as possibilidades de continuação e quanto maior a parte vazia do signo, maiores as possibilidades de continuação.

Nesse caso, também percebemos que a continuação da oração *tirar a vida*, que constitui o segmento A, tem uma orientação que não é prevista pela língua. A AE estrutural de A não prevê o segmento B da AI de *eutanásia*, pelo contrário, aponta para seu oposto neg B (*neg fazer boa ação*).

Vejamos a inversão do conector:

AI CON': tirar a vida PT fazer boa ação

Mais uma vez, vemos o encadeamento tornando-se doxal com a simples troca do conector e a manutenção de A e B. AI CON' e AE estrutural pertencem ao mesmo bloco semântico, que expressa a interdependência em que tirar a vida não se constitui de uma ação boa ou positiva.

Da mesma forma como em (1), a AI apresenta segmentos que apontam para direções contrárias, para blocos opostos. Sendo assim a palavra *eutanásia* acaba tendo um conflito na sua orientação, pois temos duas orientações que apontam para continuações opostas.

Pelo que vimos até o momento, o paradoxo parece complicar a orientação, pois dentro de uma mesma palavra encontramos duas orientações opostas. E como dito no início deste capítulo, neste momento estudaremos objetos descontextualizados. Sendo assim não teremos uma orientação precisa para uma palavra paradoxal.

Vistas as palavras paradoxais, passemos agora ao estudo de sintagmas paradoxais.

2.2 Sintagmas paradoxais

Os sintagmas considerados paradoxais, de acordo com Ducrot, são encontrados em maior número na linguagem. Neste momento do nosso estudo também analisaremos sem a utilização de um contexto linguístico mais elaborado. Os sintagmas são constituídos por mais de uma palavra, devido a isso, seu estudo foi feito de forma posterior ao das palavras paradoxais.

Vamos ao primeiro objeto de estudo:

(3) eterno carnaval

Em sua AI temos:

AI de (3): período festivo DC neg final determinado

Nesse caso, também se faz necessária atenção para o sentido estrutural de *carnaval*, que pode também ter um sentido contextual. Pelos mesmos motivos anteriores, utilizaremos o sentido estrutural para analisar o sintagma.

Para se criar a AI, utilizamos a orientação de cada uma das palavras do sintagma. Sendo assim, temos *carnaval*, que orienta para um período determinado, que tem um início e um fim, e *eterno*, que orienta para uma falta de determinação quanto ao período de duração de algo. Dessa forma podemos ter a AE estrutural de *eterno* como:

AE estrutural de eterno: *eterno* DC neg final determinado

E como AE de *carnaval*:

AE estrutural de *carnaval*: carnaval DC final determinado

Observamos que não se tratam de dois blocos opostos, pois enquanto um encadeamento faz a interdependência entre *final determinado* com *eterno*, o outro encadeamento tem a interdependência entre *final determinado* com *carnaval*. Podemos dizer então que as argumentações externas estruturais dos segmentos que constituem a AI de (3) pertencem a blocos semânticos diferentes.

No caso das palavras paradoxais, os segmentos que constituem a AI possuem orientações opostas, no caso deste sintagma, cada um dos seus termos constituintes possui uma orientação, e cada uma dessas orientações leva para uma direção oposta.

Façamos a inversão do conector:

AI CON' de (3): período festivo PT neg final determinado

Percebemos que a utilização do conector transgressivo associado à negação presente no segundo segmento, que é mantida, faz com que o encadeamento se torne pertencente do bloco semântico oposto a AI de (3). Agora *período festivo* orienta para o mesmo que *PT neg final determinado*, pois a transgressividade do conector anula a negação do segmento B. O que resultaria, de acordo com a relação discursiva conversa do quadrado argumentativo, em *período festivo DC final determinado*, que é um encadeamento doxal e também pertencendo ao bloco semântico contrário do paradoxal (3). A inversão do conector também se mostra eficaz no caso do estudo dos sintagmas.

Passemos ao estudo de mais um sintagma:

(4) banquete de lixo

Nesse caso o sintagma é constituído de itens lexicais: *banquete*, *de* e *lixo*.
Termos a seguinte AI:

AI de (4): evento festivo com boa comida DC neg boa comida

Para a criação dessa AI consideramos que *banquete* orienta para um evento festivo com boa comida e, por outro lado, *de lixo* é uma negação de algo com boa comida. Aqui temos outra oportunidade para perceber como cada uma das partes do sintagma orienta para direções opostas. Vamos à construção dos encadeamentos que se referem a possíveis AE estruturais da entidade em análise:

AE estrutural de *banquete*: *banquete* DC *boa comida*

AE estrutural de *lixo*: *comida estragada* DC *lixo*

A continuação de *banquete*, no sintagma, é uma contradição com sua própria AE, e isso configura o sintagma como paradoxal. Queremos chamar a atenção aqui para um fato interessante. Ao criarmos a AE à esquerda de *lixo*, utilizamos o segmento *comida estragada*, mas poderíamos ter usado ainda outros segmentos possíveis, como *neg boa comida*. Optamos pela utilização de *comida estragada* para AE de *lixo* e de *neg boa comida* para a AI de (4) devido ao fato de que em (4) temos um contexto um pouco maior, pois temos mais de uma palavra, do que em *lixo*.

Vejamos a inversão do conector:

AI CON' de (4): *evento festivo com boa comida* PT *neg boa comida*

Vemos que com a inversão do conector o encadeamento passa para o bloco semântico em que um evento festivo deve ter boa comida, pois o aspecto converso de AI CON' de (5) é *evento festivo com boa comida* DC *boa comida*, que é o bloco semântico oposto da AI de (4), o que caracteriza (4) como um paradoxo. Vejamos agora uma observação sobre os sintagmas.

Mesmo o sintagma sendo uma unidade menor de sentido, em comparação com um enunciado, por exemplo, ele ainda tem um contexto maior do que o de um item lexical isolado, pois esse não possui um contexto. Dessa forma podemos dizer que o sentido de um sintagma é mais complexo do que o de uma palavra isolada.

Apesar de um sintagma poder aparecer descontextualizado, sua própria composição fornece um contexto que não é o mais simples possível. Se quando analisamos as palavras paradoxais, chamamos atenção para a utilização do sentido estrutural dos objetos estudados, no caso do sintagma é importante que se perceba que o sentido estrutural ainda está presente, porém também com um sentido contextual. As duas partes significativas dos sintagmas possuem essa parte estrutural, mas o que lhes atribui sentido quando colocadas juntas é o contexto em que estão inseridas, e esse contexto, nesse caso, é o contexto do sintagma. Mais adiante neste trabalho, veremos como o contexto pode ser estudado até mesmo em um objeto tão complexo como um texto.

Passemos agora à análise do último sintagma deste estudo:

(5) querida inimiga

Em sua AI temos:

AI de (5) pessoa estimada DC neg confiável

Isoladamente as duas palavras componentes do sintagma atribuem qualidade a um determinado sujeito, porém uma delas possui uma orientação para uma continuação que mostra uma qualidade agradável e a outra aponta para algo desagradável. Vejamos as AE estruturais:

AE estrutural de *querida*: querida DC confiável

AE estrutural de *inimiga*: inimiga DC neg confiável

Claramente percebemos para onde cada uma das palavras orienta, no entanto, quando colocadas juntas, ou seja, em forma de sintagma, a orientação

acaba confusa, pois não sabemos para qual continuação o sintagma direciona. Isso reforça a ideia de que sintagmas paradoxais, fora de contexto, não orientam de forma clara. Cada item do sintagma é contrário ao outro e isso torna uma continuação mais difícil.

Quando invertemos o conector da AI de (5) temos:

AI CON' de (5): *pessoa estimada PT neg confiável*

O encadeamento acima, mais uma vez utilizando o aspecto converso do quadrado argumentativo, pertence ao bloco *pessoa estimada DC confiável*, que é doxal. Sendo assim (6), pertencente ao bloco oposto, é considerada paradoxal.

O que temos de interessante nesse sintagma é sua semelhança com a ironia. Em um primeiro momento essa construção pode parecer irônica, e talvez seja, no entanto não temos informações suficientes para uma afirmação dessa natureza. Mais uma vez voltamos a salientar que o estudo até este momento não abrange contextos maiores. Outro detalhe importante é a diferenciação entre língua escrita e língua falada: uma construção como a apresentada em (6) poderia claramente ser considerada irônica de acordo com a conotação que lhe é dada pelo falante. A linguagem escrita não tem os recursos da oralidade, logo para a demonstração de ironia se necessita de outros recursos, como um contexto discursivo maior. Não temos esse maior contexto nesse objeto de análise, por isso, mais uma vez, fizemos uma análise do que consideramos a fatia estrutural das palavras em questão e também o sentido que as duas palavras adquirem quando colocadas como um sintagma.

Fora de contexto, os objetos possuem uma parte vazia que parece ocupar uma grande parte de suas composições, e isso parece deixar a orientação mais fraca ou, no mínimo, confusa.

Passemos agora para o estudo de objetos situados em um contexto discursivo maior do que um sintagma, mas ainda menor do que um texto.

2.3 Enunciados paradoxais

O enunciado é um contexto discursivo maior do que os apresentados até o momento neste capítulo. Esperamos que os estudos feitos até o momento nos forneçam informações suficientes para uma análise aprofundada e o mais exata possível dentro dos limites da metalinguagem, ou seja dentro dos limites que a fundamentação teórica escolhida nos permita.

As análises de enunciados se mostram as mais complexas até o momento, pois ainda que se tenha um contexto maior, enunciados isolados não fazem relações anafóricas ou catafóricas. Sendo assim, o sentido do enunciado deve acabar em si próprio. No caso de um texto, um enunciado pode parecer descontextualizado, entretanto quando estudado juntamente com o todo do texto, podemos compreender seu sentido e sua participação na construção do sentido do texto.

Passemos agora ao estudo do primeiro enunciado:

(6) Observando o que ainda não existe.

Nesse caso, podemos construir a seguinte AI:

AI de (6): olhar em direção de algo DC neg existir algo para ser visto

É importante observar o uso do *ainda* nesse enunciado. Esse item lexical parece expressar uma virtualidade, ou seja, algo que pode vir a ser, mais especificamente, de acordo com nosso exemplo, algo que irá existir, mas não existe no momento do enunciado. Então o produtor do enunciado observa algo que não existe.

Outra palavra importante é *observando*, que demonstra que existe algo concreto para ser visto, uma vez que não observamos sentimentos, por exemplo. Podemos observar demonstrações de sentimentos, mas não existe materialização

concreta para palavras como *amor*, *ódio* e *indiferença*. Devido a isso criamos o encadeamento levando em consideração esses fatores semânticos das palavras *ainda e observando*.

Criamos, assim, um bloco semântico que possui uma interdependência que expressa a seguinte interdependência: *quando se olha em direção a algo concreto, não se vê esse algo*. Também é interessante observar que de acordo com as informações dadas pelo enunciado, a observação não está sendo impedida, ou seja, o locutor não tem impedimentos físicos ou psicológicos para não enxergar o que tenta observar.

Façamos a inversão do conector:

AI CON' de (6): olhar em direção de algo PT neg existir algo para ser visto

Da mesma forma como feito com as palavras e sintagmas paradoxais, a inversão do conector acaba nos levando para o bloco semântico oposto, pois o encadeamento acima, mais uma vez com a utilização do aspecto converso, leva ao encadeamento *olhar em direção de algo DC existir algo para ser visto*, que é doxal. Sendo assim, a AI de (6) é um paradoxo. O bloco expresso pela inversão do conector expressa a interdependência semântica que diz que se olha em direção de algo, se vê esse algo. Isso é um fato totalmente plausível, ao contrário de (6), que aponta para o lado oposto.

Nos casos de enunciados, a parte vazia da entidade é menor do que um sintagma e também do que uma palavra. Mesmo definindo o que o enunciado quer dizer, temos dificuldade para dar continuidade e criar um enunciado subsequente, pois o paradoxo parece encerrar-se em si. O sentido de um enunciado parece ser completo em si mesmo, sem a necessidade de um complemento. Outros enunciados podem se agrupar a esse e criar um texto, de acordo com a escolha do locutor, mas um enunciado isolado tem seu sentido completo pelo próprio fato de não se relacionar com nenhum outro enunciado.

Vamos à análise de mais um enunciado:

(7) Economizar é comprar bem

Sua AI é:

AI de (7): utilizar dinheiro DC neg gastar

No caso de (7) queremos chamar atenção para *bem*. A orientação de *economizar* nos leva à ideia de não gastar dinheiro e a orientação de *comprar* tem a orientação oposta, a de gastar dinheiro. Pois bem, o item lexical *bem*, está fornecendo uma qualidade a *comprar*, entretanto não lhe tira a ideia de gastar dinheiro. Tanto *comprar bem* quanto *comprar mal* implicam em gasto de dinheiro e por isso construímos a AI de (7) da forma acima.

Temos a clara impressão de um paradoxo, que se confirma com a inversão do conector:

AI CON' de (7): utilizar dinheiro PT neg gastar

A inversão nos leva a um bloco semântico cuja interdependência aponta que utilizar dinheiro corresponde a gastar dinheiro, o que faz com que o encadeamento seja doxal. Para que se chegue mais claramente a essa interdependência semântica, basta, outra vez, usar o aspecto converso de acordo com o quadrado argumentativo proposto por Carel e Ducrot, que mostrará *utilizar dinheiro DC gastar*. Na AI de (7) temos uma interdependência que mostra que utilizar dinheiro não é gastar e isso se mostra um paradoxo, por ser o exato oposto do encadeamento doxal que encontramos ao inverter o conector de (7).

Mais uma vez, temos orientações opostas dentro de uma entidade. Nas palavras paradoxais, a oposição se encontrava mais intrinsecamente, ou seja, nos segmentos da argumentação interna, no caso do sintagma, temos a oposição entre o sujeito da frase e o seu predicado. Isso não mostra que todos os enunciados paradoxais se comportem dessa forma, apenas queremos chamar a atenção para o

fato de que orientações opostas estão presentes também nessa entidade em estudo.

Outra vez percebemos que o sentido do enunciado se encerra em si próprio, ou seja, sua parte vazia parece ser mínima, pois não tem a necessidade de um complemento que agregue informações para a completude do sentido, entretanto, mais uma vez, desejamos frisar que esse enunciado, apesar de ter seu sentido completo, pode também fazer parte de um sentido maior, ou seja, um texto mais complexo, ou uma alguma outra forma de expressão que pode também utilizar linguagens diferentes da linguagem verbal, como imagens ou sons.

Nosso próximo objeto de estudo é mais peculiar do que os apresentados até o momento. Vamos a ele:

(8) Gritando meu silêncio na voz calada.

Antes da construção da AI, vamos estudá-lo do ponto de vista das orientações que suas palavras dão ao discurso. A palavra *Gritando* expressa a utilização de som, não necessariamente um som ordenado, como uma palavra, mas mesmo assim um som. O mesmo acontece com *voz*, que também direciona para a utilização de sons. Por outro lado, *silêncio* direciona para a supressão de sons, em relação com *Gritando*, e *calada* atribui uma qualidade que orienta para a supressão de sons em relação à *voz*.

Encadeamentos que expressam a orientação dessas palavras podem ser apresentados da seguinte forma:

grito DC produção de sons

silêncio DC neg produção de sons

voz DC produção de sons

calada DC neg produção de sons

Notamos que a orientação das palavras, quando disposta em forma de encadeamento, lembra o formato de um encadeamento que expressa argumentação externa à direita, ou seja, um segmento sendo a continuação de um segmento inicial.

Uma argumentação interna possível para (8) seria:

AI de (8): produção de sons pelo falante DC neg recepção de sons pelo ouvinte

Com a inversão do conector teremos:

AI CON' de (8): produção de sons pelo falante PT neg recepção de sons pelo ouvinte

O bloco semântico da inversão de conector mostra uma argumentação interna que aponta para o fato de que quando se tem uma produção de som por uma pessoa, também se tem a recepção desse som por outra, o que é o oposto do que acontece na AI de (8), que mostra que, ao acontecer essa produção, não acontece a recepção.

Mais uma vez vemos que o enunciado paradoxal contém orientações opostas. Nesse caso, vemos que a oposição acontece entre as palavras presentes no enunciado: parte do enunciado leva à conclusão de produção de sons e a outra parte leva à conclusão de que não se produziu sons. Essa oposição de orientação parece se confirmar como um traço presente no paradoxo, e também como um traço constituinte.

Passemos agora à última análise deste capítulo. Estudaremos um conjunto de enunciados. Isso nos leva mais adiante nos estudos do paradoxo feito nesse trecho do trabalho e também serve como porta para o capítulo seguinte, em que trataremos

de análises de textos mais longos, uma crônica e a letra de uma música. O objeto é o seguinte:

(9) E é só você que tem / A cura do meu vício / De insistir nessa saudade / Que eu sinto / De tudo que eu ainda não vi

O trecho acima é parte de uma letra escrita por Renato Russo, na música *Índios*. Entendemos que para a análise desse objeto é necessário apresentar essa sequência de enunciados, pois é somente com esse pequeno conjunto que o sentido se completa.

Chamamos atenção para a palavra *saudade* e para o último enunciado do objeto. Como feito em (8), trataremos primeiramente das orientações mais marcadas nesse trecho. A palavra *saudade* orienta para uma lembrança de algo que foi experimentado de forma agradável, de forma a deixar marcado positivamente na memória do locutor. Podemos dizer que *saudade* expressa algo que já foi vivido, algo passado.

Por outro lado, o último enunciado, *De tudo que eu ainda não vi*, orienta para um algo ainda não acontecido. Como visto na análise de (6), a palavra *ainda* orienta para um acontecimento prestes a se realizar, no entanto não realizado. Dessa forma diremos que esse enunciado orienta para um fato que pode vir a acontecer, um fato futuro.

Nesse caso a oposição de orientações não ocorre entre segmentos de um mesmo encadeamento ou palavras presentes dentro de um sintagma ou enunciado, mas sim entre uma palavra e um enunciado dentro de um objeto um pouco maior. Vejamos como podemos expressar essa orientação em forma de argumentações externas:

saudade DC experiência agradável no passado

De tudo que eu ainda não vi DC neg vivido

Podemos também construir o encadeamento de *saudade* da seguinte forma:

saudade DC vivido

Dessa forma criaremos a AI do objeto da seguinte forma:

AI de (9): lembrança agradável DC neg vivida

Percebemos de forma clara a oposição de orientações também dentro do encadeamento criado acima. Essa AI nos leva a um bloco semântico em que a interdependência ocorre de forma a mostrar que uma lembrança não é vivida. Tentemos agora a inversão do conector:

AI CON' de (9): lembrança agradável PT neg vivida

O encadeamento resultante se encontra no bloco oposto ao da AI de (9), pois, ao fazermos a relação discursiva conversa, chegaremos ao encadeamento que expressa lembrança agradável DC vivida. Sendo assim a interdependência semântica mostra que as lembranças foram vividas, ou seja, que algo que foi experimentando se tornou uma lembrança, o que é um fato doxal, ao passo que a interdependência do bloco resultante da AI de (9) é um acontecimento paradoxal.

Esses objetos selecionados, e divididos entre categorias que vão desde palavras até enunciados, passando por sintagmas, corroboram com a ideia de que o paradoxo se apresenta de forma diferente em cada situação, mas tendo presente em si o traço das orientações opostas.

Quanto à noção benvenistiana de signo vazio, se confirmou aqui o que foi proposto na fundamentação teórica. Uma palavra possui uma parte vazia maior do que um conjunto de palavras, sintagma ou enunciado, sendo assim, orienta para

uma maior quantidade de possibilidades de continuação. Entretanto o que foi visto nesse capítulo mostra que o paradoxo acaba não fazendo uma orientação clara, pois existe um conflito de orientações. Vimos que uma das características do paradoxo é a existência, em sua composição intrínseca, de duas orientações, em que cada uma delas leva para uma direção oposta. O interlocutor não saberá qual das duas orientações deve seguir para a compreensão do enunciado. Sendo assim, o paradoxo pode se caracterizar como a presença de duas orientações opostas dentro de uma mesma entidade lexical.

Também é importante para a sequência do nosso estudo deixar claro que analisamos os objetos até o momento utilizando seu sentido estrutural, pois nos faltava um contexto maior. Palavras, sintagmas e enunciados possuem um contexto menor do que um texto, devido a isso puderam ser analisado de forma isolada. Vamos chamar os paradoxos apresentados aqui de paradoxos estruturais, ou seja, seu sentido é completo enquanto objetos isolados, mas não orientam para uma continuação. Queremos estudar no capítulo seguinte a existência de paradoxos que não dependam da estrutura, mas de seu contexto discursivo maior. Para isso selecionamos dois objetos de estudo que serão apresentados a seguir.

3 Análise de paradoxos em textos

Neste capítulo pretendemos levar adiante nossas reflexões sobre o paradoxo, de acordo com os estudos de Ducrot. Queremos estudar o paradoxo de uma nova forma, através da análise de objetos maiores, mais complexos. Para isso, utilizamos dois objetos construídos de forma distinta: uma música, e uma crônica jornalística. Não queremos aqui restringir os estudos a apenas essas duas formas de texto. Escolhemos arbitrariamente esses dois objetos devido à crença de que podem corroborar com as reflexões propostas. Vejamos agora as análises:

3.1 Maluco Beleza

Vamos ao estudo de uma música do cantor e compositor baiano Raul Seixas, escrita em conjunto com Cláudio Roberto, que foi lançada em 1977, no EP *O dia em que a terra parou*. Vejamos a letra:

Enquanto você
Se esforça pra ser
Um sujeito normal
E fazer tudo igual...

Eu do meu lado
Aprendendo a ser louco
Maluco total
Na loucura real...

Controlando
A minha maluquez
Misturada
Com minha lucidez

Vou ficar
Ficar com certeza
Maluco beleza
Eu vou ficar
Ficar com certeza
Maluco beleza...

E esse caminho
Que eu mesmo escolhi
É tão fácil seguir
Por não ter onde ir...
(...)

Foram deixadas de lado as últimas estrofes da canção por apenas repetirem estrofes anteriores, o que não colaboraria para a construção do sentido da música. É importante salientar que aqui fazemos um recorte da canção, analisaremos apenas a sua parte linguística, este é nosso olhar em direção a este objeto. Não pretendemos entrar em diferentes áreas, como a teoria musical que também poderia colaborar para esta análise. Sendo este um trabalho de cunho linguístico, ou mais especificamente enunciativo/discursivo, deixaremos de lado o som e analisaremos apenas a parte escrita da música.

No objeto em análise, temos a construção de duas entidades discursivas pelo locutor: *sujeito normal* e *maluco beleza*. Veremos que o locutor do discurso constrói a imagem de si mesmo, o maluco beleza, em contraponto com o sujeito normal. Utilizaremos os conceitos estudados previamente para nossa análise.

Na primeira estrofe temos os seguintes enunciados:

(1) Enquanto você/ Se esforça pra ser/ Um sujeito normal/ E fazer tudo igual...

Claramente vemos que o locutor marca seu interlocutor como sendo o “sujeito normal”, principalmente através do item lexical *você*, que depois é retomado por *sujeito normal*, mostrando assim que essa primeira estrofe define o “tu” do discurso.

Na argumentação interna de *sujeito normal*, podemos ter o seguinte encadeamento *segue as regras DC é aceito*. E na argumentação externa à direita teremos *sujeito normal DC faz tudo igual*. Neste primeiro momento, o locutor define o que seria um sujeito normal. Desta forma, podemos dizer que aqui tanto a argumentação interna quanto a externa são contextuais, pois os encadeamentos foram criados de acordo com o contexto descrito pelo locutor. Podemos dizer que o bloco semântico que foi criado nesta primeira estrofe corresponde ao encadeamento *normal DC aceito*.

De acordo com o que vimos de Benveniste, podemos afirmar que nessa primeira entidade de estudo temos a presença do *eu*, no entanto não temos as informações sobre *onde* e *quando*.

A segunda estrofe contém os seguintes versos:

(2) Eu do meu lado/ Aprendendo a ser louco/ Maluco total/ Na loucura real

O locutor começa a construir a imagem do “eu” no discurso. Na AI estrutural de louco podemos ter o seguinte encadeamento *neg-segue as regras DC neg-é aceito*. Este encadeamento é um recíproco de *segue as regras DC é aceito*, que é a AI contextual de *sujeito normal*. Isso evidencia que o locutor coloca o interlocutor como o seu exato oposto, sendo assim podemos dizer que interlocutor e locutor são antagonistas neste discurso.

Na terceira estrofe o locutor continua falando de si mesmo:

(3) Controlando/ A minha maluquez/ Misturada/ Com minha lucidez.

Para a compreensão desta estrofe é essencial descrevermos as possíveis argumentações internas de *maluquez* e *lucidez*, como sendo *normal DC neg-faz* e *normal DC faz*, respectivamente. Temos aqui uma entidade paradoxal. Na mesma entidade (nesse caso um enunciado) temos dois blocos semânticos opostos, um deles aponta para *normal DC faz* e o outro para *normal DC neg-faz*.

Aqui gostaríamos de refletir um momento sobre os blocos semânticos mais uma vez. Como visto acima, temos blocos semânticos em que, de um lado, se faz o que é normal e no outro, não se faz o que é normal. Isso é um exemplo muito claro de blocos semânticos opostos, pois temos a mesma entidade como sendo o segmento A e duas entidades opostas como sendo o segmento B.

Continuando na nossa análise, temos o refrão, que traz os seguintes versos:

(4) Vou ficar/ Ficar com certeza/ Maluco beleza/ Eu vou ficar/ Ficar com certeza/ Maluco beleza...”.

O locutor se denomina como *maluco beleza*, indo mais além na construção do sentido do “eu”. Na segunda e na terceira estrofes temos parte da construção do

sentido do “eu”, que na terceira estrofe receberá a denominação de *maluco beleza*. Essas retomadas constroem o sentido da entidade.

A entidade *maluco beleza* é paradoxal. Vamos estudá-la como uma entidade, a seguir:

(5) AI: *neg-seguir as regras DC ser aceito*.

Uma forma de verificar se uma entidade é paradoxal é através da inversão de conector. Se, ao inverter o conector, a entidade se torna doxal, podemos dizer que com o conector inicial ela é paradoxal. Nesse caso teríamos o seguinte encadeamento se invertêssemos o conector *neg-seguir as regras PT ser aceito* que é uma entidade doxal. Além de ser paradoxal, notamos também que *maluco beleza* pertence a um bloco semântico que corresponde a *neg-seguir as regras DC ser aceito*, que é o bloco semântico oposto a *seguir as regras DC ser aceito*, bloco no qual a entidade *louco* se situa, pois o aspecto recíproco aponta que *neg-seguir as regras DC neg-ser aceito*. Mais uma vez percebemos que o locutor cria as duas entidades através de opostos. A utilização de dois blocos diferentes assegura a contraposição das entidades *maluco beleza* e *sujeito normal*.

Fica clara a importância do quadrado argumentativo desenvolvido por Ducrot, pois no parágrafo acima notamos como a relação entre os aspectos ajuda na compreensão do sentido.

A estrofe que sucede o refrão também é paradoxal:

(6) E esse caminho/ Que eu mesmo escolhi/ É tão fácil seguir/ Por não ter onde ir...

Temos na AI do enunciado *neg-ter onde ir DC fácil seguir*, que também é uma expressão paradoxal, pois a orientação que *não ter onde ir* não nos levaria para *fácil*, esse sentido é somente construído pelo contexto. Uma orientação prevista para *não ter onde ir*, é de que estamos diante de um problema, pois não existe caminho; que é o oposto do que está dito na música. A AE à esquerda de *fácil* seria algo como

ter onde ir DC fácil, a negação presente no primeiro segmento mostra que é uma entidade paradoxal. Também podemos inverter o conector para perceber que o segmento é paradoxal, pois *neg-ter onde ir PT fácil* é a representação de uma entidade doxal.

As estrofes seguintes ecoam versos já analisados, por isso serão deixadas de fora da continuação deste estudo.

Depois de feita uma apresentação de cada uma das estrofes e as argumentações internas e externas relevantes, bem como a construção de encadeamentos e a localização dos mesmos nos blocos semânticos, passaremos agora a uma breve discussão destes resultados.

Como já referido anteriormente o locutor cria a sua imagem como sendo o *maluco beleza* e projeta em seu interlocutor a imagem de um *sujeito normal*. Essa imagem do interlocutor é criada apenas na primeira estrofe, pois as outras estrofes, e também o refrão, constroem a imagem do *maluco beleza*. A imagem do locutor contrasta com a imagem do interlocutor.

Para configurar o sujeito normal utiliza-se um bloco semântico que traz a norma que pode ser expressa por *segue as regras DC é aceito*. Enquanto o *maluco beleza* está enquadrado em um bloco que traz *neg-segue as regras DC é aceito*. O locutor, que se marca como o eu do discurso, tem um forte contraste com o interlocutor; a mudança de bloco semântico evidencia essa afirmação.

O sujeito normal é uma entidade doxal, pois os encadeamentos que são relacionados a ele seguem um padrão de normatividade. O *maluco beleza*, pelo contrário, é uma entidade paradoxal, pois a maioria dos encadeamentos que são relacionados a ele apresenta uma normatividade combinada com uma negação em um dos seus segmentos, o que evidencia uma construção paradoxal.

A própria expressão *maluco beleza* é paradoxal, uma vez que temos na AI de *maluco*: *neg-seguir as regras DC neg-ser aceito*. Porém quando analisamos *maluco beleza*, temos *neg-seguir as regras DC ser aceito*, o que se configura como paradoxal, devido à negação e à permanência do mesmo conector.

Podemos então concluir que o *maluco beleza* tem o sentido construído principalmente em duas grandes propriedades sendo a primeira delas a oposição à

sujeito normal e a segunda a paradoxalidade presente nos encadeamentos que correspondem ao *maluco beleza*.

Vejamos também como a ideia de signo vazio colabora para nosso trabalho. Como foi visto na fundamentação teórica, a parte vazia de uma palavra nos direciona para possíveis continuações, o mesmo pode ocorrer não apenas com palavras, mas também como entidades.

A parte vazia de *maluco* orienta para uma continuação desagradável, enquanto a parte vazia de *beleza* orienta para uma continuação agradável. Quando analisados como uma única entidade, os léxicos acima acabam provocando uma falta de orientação mais precisa. O leitor entra em conflito em seguir a orientação de *maluco* ou de *beleza*, Esse conflito acaba por prender a atenção do interlocutor, pois quando temos duas orientações opostas em uma mesma entidade lexical buscamos no contexto a forma como o locutor continuará seu discurso para que a entidade criada seja entendida. Dessa forma, podemos dizer que o interlocutor apenas poderá definir qual das orientações seguir quando estiver a par de todo o contexto discursivo que o locutor tiver criado.

Retomando o que foi dito ao final do primeiro capítulo, esse é um caso de paradoxo contextual, pois o sentido paradoxal de *maluco beleza* é compreendido pelo interlocutor quando se tem uma visão geral do objeto. Se analisarmos somente o título, teremos dificuldades tanto para criar encadeamentos argumentativos, quanto para entender o que esse sintagma quer dizer. Ao lermos o resto do objeto, entendemos o que o locutor quis criar a partir desse sintagma inédito.

Quando precisamos de um contexto maior do que o da entidade em si para entender o sentido (nesse caso o sentido do paradoxo), diremos que ocorre um paradoxo contextual.

3. 2 Patricinha fascista

O próximo discurso que iremos analisar é uma crônica escrita pelo jornalista gaúcho Juremir Machado da Silva, publicada na edição de 5 de novembro de 2010 do jornal *Correio do Povo* e chamada de “Patricinha fascista” Escolhemos este objeto por entender que o sentido do título só será entendido como um paradoxo

quando o analisarmos como um todo, ou seja, analisaremos o contexto discursivo criado pelo locutor, o que, segundo vimos na análise anterior, acabará criando o que denominamos paradoxo contextual.

Vamos agora à apresentação da crônica na íntegra.

Patricinha fascista

A estupidez está sempre ao alcance de todos. Mayara Petruso, patricinha paulista, estudante de Direito, saiu do anonimato para a fama, via Twitter, graças a um coice na inteligência nacional. Indignada com a vitória de Dilma Rouseff, a moça disparou esse petardo: “Nordestino não é gente, faça um favor a São Paulo, mate um nordestino afogado. Tinham que separar o Nordeste e os bolsos-vadio do Brasil (...) Construindo câmaras de gás no Nordeste, matando geral”. No facebook, a burrinha racista se atolou um pouco mais: “Afunda, Brasil. Dêem direito de voto pros nordestinos e afundem o país de quem trabalha pra sustentar vagabundos que fazem filhos para ganhar bolsa 171”. Mayara já perdeu o emprego no escritório onde trabalhava e sofrerá ação judicial protocolada pela OAB.

Alguns jovens universitários paulistas têm revelado um grau superior de idiotice. Depois da turminha que hostilizou uma guria por causa da sua minissaia, apareceu o bando do “rodeio das gordas”, propondo tratar meninas obesas como animais. E agora entra em cena a tal Mayara. O escândalo maior é imaginar que isso representa uma opinião média difundida na Internet. Como será que a mulinha Mayara explica a vitória de Dilma em Minas Gerais? Achar que as ajudas sociais são incentivos à vagabundagem é típico de uma elite primitiva ou de uma classe média ignorante. Qualquer país civilizado, a começar por França, Alemanha, Inglaterra e, evidentemente, países escandinavos, oferece mais ajudas sociais que o Brasil. Não adianta ir à Europa só para comprar bolsas Vuitton. É preciso espionar o cotidiano.

Quem não recebeu e-mails dizendo que Dilma não podia ser candidata por ter nascido na Bulgária? Quantos analistas têm por aí sugerindo que os nordestinos são subleitores que votaram com o estômago? Quando um empresário escolhe um candidato seduzido pela possibilidade de redução de impostos, o que é legítimo, não se trata de voto por interesse? Não é voto com o bolso? Quando ruralistas votam num candidato na esperança de conseguir mais incentivos, o que é comum, não é voto interesseiro? Mayara não deixa de ser o produto de uma estratégia perigosa, a divisão ideológica entre bem e mal. Foi essa perspectiva, cara ao vice Índio da Costa, que José Serra adotou. A revista Veja e o jornal Estado de S. Paulo deram aval a essa idiotice retrógrada. Uau!

O PSDB, que nasceu pretendendo ser moderno e racional, podia mais. Veja, que se acha mais moderna do que os modernos, acabou por produzir leitores Mayara. Isso não tem a ver com partidário como imaginam os mais simplórios ou ideológicos. Eu jamais terei partido. Meu único capital é a independência selvagem. Sou a favor do voto de castidade partidária para jornalistas. Tudo pela liberdade de dizer que quem acha o Bolsa-Família um incentivo à vadiagem pensa como Mayara. Esse foi o principal erro tuano na campanha eleitoral: ter guinado à direita para tentar seduzir as Mayaras, que arrastaram um intelectual progressista como Serra para o reacionarismo rasteiro do Estadão e da Veja. Mayaras, nunca mais!

Esta foi a crônica escrita por Juremir Machado. Acreditamos que cada objeto necessita de uma metodologia de estudos particular, principalmente devido a sua forma. Sendo assim pretendemos analisar a crônica levando em consideração sua divisão em quatro parágrafos. Em cada parágrafo construiremos encadeamentos que buscarão expressar a interdependência semântica dos segmentos, ou seja, os blocos semânticos. Nesse caso temos apenas um locutor falando sobre outros personagens. De acordo com cada entidade estudada daremos preferência à AE ou AI, ou ambas; para construirmos o encadeamento que dará origem ao bloco.

Após criarmos os encadeamentos argumentativos, e por consequência os blocos semânticos, analisaremos como criam o sentido do título que acreditamos ser mais um exemplo de paradoxo contextual.

Começaremos a análise do primeiro parágrafo pelo seguinte enunciado:

(1) A estupidez está sempre ao alcance de todos. Mayara Petruso, patricinha paulista, estudante de Direito, saiu do anonimato para a fama, via Twitter, graças a um coice na inteligência nacional.

Nesse primeiro momento construiremos a AI contextual de *Mayara Petruso*, que pode ser expressa pelo seguinte encadeamento:

patricinha paulista e estudante de direito que não era famosa em t0 DC famosa em t1 graças ao twitter

No entanto para entendermos mais profundamente o encadeamento acima, podemos também construir a AI estrutural de *patricinha* que nos levaria ao seguinte encadeamento:

mulher que gasta dinheiro de forma inconsequente PT não possui renda suficiente

Também temos de analisar a AI de twitter, que pode ser representada pelo encadeamento:

modo de expressar opiniões no mundo virtual DC recepção por grande número de pessoas.

O encadeamento acima também acaba explicando o motivo da fama repentina do sujeito empírico Mayara Petruso. O sujeito empírico não será alvo de nossos estudos, mas sim a entidade lexical construída pelas palavras *Mayara* e *Petruso*. Preferimos analisar a AI estrutural da entidade, pois a estrutura da língua orienta para continuações possíveis, e depois as continuações de (1) restritas pela forma como locutor constrói seu contexto discursivo. Nesse início da crônica temos o momento inicial de uma cadeia discursiva a partir da contextualização de *Mayara Petruso*, que é continuada na entidade:

(2) Indignada com a vitória de Dilma Rouseff, a moça disparou esse petardo:

comentou de modo agressivo DC Mayara Petruso

Nesse caso temos uma AE de Mayara Petruso que colabora para a cadeia discursiva iniciada em (1). Mas uma vez, a AI pode colaborar na construção do sentido. Vejamos a AI contextual de *petardo*:

comentário desferido com agressividade argumentativa DC desferido por uma pessoa²⁷

E logo a seguir temos a especificação do que foi esse comentário:

²⁷ Nesse caso, *argumentação* tem o sentido de argumentação retórica, que como visto anteriormente tem o sentido de tentar convencer alguém de alguma coisa. O encadeamento seguinte desferido por uma pessoa se faz necessário dessa forma, pois pessoas são os únicos seres capazes de argumentar retoricamente.

(3) “Nordestino não é gente, faça um favor a São Paulo, mate um nordestino afogado. Tinham que separar o Nordeste e os bolsas-vadio do Brasil (...) Construindo câmaras de gás no Nordeste, matando geral”.

Então podemos criar os seguintes encadeamentos:

peessoas nascidas no nordeste PT neg pessoa

mate um nordestino afogado DC faça um favor a São Paulo

O primeiro encadeamento é uma AI contextual de *nordestino*, enquanto o segundo é uma AI feita a partir do enunciado. Ambos continuam a cadeia de Mayara Petruso, e nesse momento acrescentam a voz do sujeito empírico Mayara, além da voz já apresentada do locutor.

A seguir temos mais uma vez o locutor falando sobre a entidade *Mayara Petruso*:

(4) No facebook, a burrinha racista se atolou um pouco mais:

Esse encadeamento pode ter a seguinte AI contextual:

situação difícil para Mayara Petruso em t0 PT situação pior em t1

O encadeamento acima mostra também uma AE para nossa e em estudo:

Mayara Petruso DC burrinha racista

Depois temos mais uma vez a voz do sujeito empírico:

(5) “Afunda, Brasil. Dêem direito de voto pros nordestinos e afundem o país de quem trabalha pra sustentar vagabundos que fazem filhos para ganhar bolsa 171”.

Criando assim o encadeamento para a AI contextual:

direito a voto PT neg aptidão para votar

E por fim, nesse parágrafo temos o locutor falando sobre o sujeito empírico, que nesse caso contém a entidade. Vejamos:

(6) Mayara já perdeu o emprego no escritório onde trabalhava e sofrerá ação judicial protocolada pela OAB.

Fazemos a AI contextual da seguinte forma:

ter emprego em t0 PT neg ter emprego em t1

De acordo com os encadeamentos prévios, chegamos à conclusão de que a entidade *Mayara Petruso*, coincide com o sujeito empírico. Além disso, de acordo com as AE que são as continuações possíveis da AI, compreendemos o sentido que o locutor foi criando ao longo do parágrafo. Dessa forma, podemos criar o bloco semântico no qual *Mayara Petruso* leva a uma série de sentidos negativos.

Feita a análise do primeiro parágrafo, vamos ao segundo. O locutor segue com:

(7) Alguns jovens universitários paulistas têm revelado um grau superior de idiotice.

Temos como AI contextual desse enunciado:

alguém (indefinido) tem um grau de idiotice PT alguns universitários paulistas têm ainda mais idiotice

Percebemos que aqui o locutor está fazendo uma comparação. Essa comparação é o início desse parágrafo, logo pode estar se referindo ao que veio no parágrafo anterior, que foi a apresentação de *Mayara Petruso* enquanto entidade textual. Por entidade textual, que é objeto de estudo da semântica linguística, queremos dizer algo a que se refere o texto, no entanto é fundamental que se esclareça que essa referência do texto não é uma forma de alcançar a verdade no extralinguístico. A entidade em questão, *Mayara Petruso*, é uma criação do locutor. Apesar de estar se falando sobre uma pessoa empírica, enquanto entidade linguística podemos apenas concluir o que o locutor diz sobre ela. Isso quer dizer que não podemos entender, ou concluir, nada sobre a pessoa empírica, pois o texto cria uma forma de expressão que não traduz de forma precisa o mundo; o texto apenas expressa a opinião de um determinado locutor. Por isso estamos tratando *Mayara Petruso* como uma entidade linguística. Se fosse nosso objetivo tratar da pessoa no mundo necessitaríamos de outras áreas do conhecimento (psicologia, histórica, etc.), o que não é o objetivo desse trabalho.

Voltemos à análise do encadeamento criado a partir de (7). O locutor faz essa comparação com o parágrafo anterior, onde temos a apresentação da cadeia coesiva de *Mayara Petruso*, logo podemos dizer que o locutor compara os universitários paulistas com *Mayara Petruso*. O que acaba criando mais uma AE contextual que retoma a cadeia iniciada pelo encadeamento *patricinha paulista e estudante de direito que não era famosa em t0 DC famosa em t1 graças ao twitter*, teremos então:

Mayara Petruso DC idiota

Temos, então, mais um elemento que ajuda a construir o sentido de *Mayara Petruso*. A seguir temos:

(8) Depois da turminha que hostilizou uma guria por causa da sua minissaia, apareceu o bando do “rodeio das gordas”, propondo tratar meninas obesas como animais.

Nesse enunciado temos duas informações, que podemos expressar pelos seguintes encadeamentos:

guria hostilizada devido à minissaia DC minissaia é motivo para tratar alguém mal

obesa hostilizada DC obesidade é motivo para tratar alguém mal

Assim, notamos que *minissaia* e *obesidade* servem também como uma AE à esquerda de *tratar alguém mal*. Isso representa uma normatividade que está expressa pelo locutor, no entanto o locutor está falando sobre grupos de pessoas, então essa é a norma que o locutor criou para aqueles determinados grupos de pessoas. Depois temos o seguinte enunciado:

(9) E agora entra em cena a tal Mayara. O escândalo maior é imaginar que isso representa uma opinião média difundida na Internet.

O locutor retoma a cadeia mais presente no texto e constrói ainda mais o sentido da entidade. Podemos construir o encadeamento

Mayara Petruso DC opinião média difundida na Internet.

Vemos assim que o locutor aponta que a entidade *Mayara Petruso* representa a opinião média do mundo virtual, e isso é o problema maior. Temos assim mais uma AE sobre a e em estudo. Vamos ao próximo enunciado:

(10) Como será que a mulinha Mayara explica a vitória de Dilma em Minas Gerais?

Mais uma vez temos uma AE contextual que corrobora com o sentido que está sendo criado para e:

Mayara DC mulinha

No próximo enunciado temos:

(11) Achar que as ajudas sociais são incentivos à vagabundagem é típico de uma elite primitiva ou de uma classe média ignorante.

que pode ser representado por:

ajuda social DC incentivo à vagabundagem

Esse encadeamento representa outra normatividade trazida pelo locutor. Dessa vez ele atribui essa norma a “uma elite primitiva” ou uma “classe média ignorante”. Temos novamente a expressão de uma norma que pertence a outro grupo de pessoas que não o locutor. No enunciado subsequente, o locutor escreve o seguinte:

(12) Qualquer país civilizado, a começar por França, Alemanha, Inglaterra e, evidentemente, países escandinavos, oferece mais ajudas sociais que o Brasil.

Nesse momento o locutor expressa sua opinião sobre o assunto do encadeamento anterior (ajuda social):

países europeus civilizados DC mais ajudas sociais que o Brasil

Isso demonstra que o locutor discorda da norma *ajuda social DC incentivo à vagabundagem* criada pelos grupos de pessoas referidos anteriormente, pois apresenta sua norma como algo que pode ser expresso pelo encadeamento:

civilização DC ajuda social

Temos a opinião do autor que será ainda mais contextualizada com o próximo enunciado:

(13) Não adianta ir à Europa só para comprar bolsas Vuitton. É preciso espiar o cotidiano.

Fazemos os encadeamentos:

viajar à Europa DC apenas comprar bolsas Vuitton

viajar à Europa DC espiar o cotidiano

Onde o segundo encadeamento expressa a opinião do locutor, que é contrária à dos grupos a que ele se refere, que é expressa pelo primeiro encadeamento. A opinião do locutor também ajuda na construção do sentido da *e*, pois ao se posicionar de uma forma, ele refuta uma norma expressa por outros, e também está colocando *e* como pertencente a esses grupos, logo podemos criar os encadeamentos que representam também argumentações externas:

Mayara Petruso DC viagem a Europa para comprar bolsas Vuitton

Mayara Petruso DC neg observação ao cotidiano europeu

Nesse segundo parágrafo concluímos que o autor traz normas de terceiros para se opor a elas e continuar na criação do sentido da *e*, que foi exposto no início do texto. No terceiro parágrafo temos o seguinte início:

(14) Quem não recebeu e-mails dizendo que Dilma não podia ser candidata por ter nascido na Bulgária?

Iniciaremos pela AI contextual de *Dilma*:

nascida na Bulgária DC neg aceita como candidata

O locutor apresenta outra norma, porém nesse caso não define o grupo de pessoas que defende essa norma. A seguir apresenta o seguinte:

(15) Quantos analistas têm por aí sugerindo que os nordestinos são subeleitores que votaram com o estômago?

Novamente uma pergunta, como o enunciado anterior, onde temos a AI do enunciado como:

analistas sugerem que nordestinos votaram com o estômago DC são subeleitores

Nesse caso sabemos por quem essa norma é proposta. Esse enunciado segue a estrutura de uma pergunta, portanto podemos dizer que até o momento o locutor questiona o interlocutor para construir o sentido da sua opinião.

(16) Quando um empresário escolhe um candidato seduzido pela possibilidade de redução de impostos, o que é legítimo, não se trata de voto por interesse? Não é voto com o bolso?

Teremos, então, a AI contextual do enunciado:

empresário vota para reduzir impostos DC vota por interesse

De acordo com o encadeamento acima, podemos notar que existe uma retomada do encadeamento produzido a partir de (15), pois lá também temos a ideia de voto por interesse, naquele caso:

voto com o estômago DC voto por interesse

No entanto, a norma de (15) expressa algo como:

voto com o estômago DC negativo

Notamos isso principalmente devido ao léxico *subeleitores* que orienta para um sentido negativo de *eleitores*. O locutor aponta que *votar com o estômago* é o mesmo que *empresário vota para reduzir impostos*, ou seja duas AE contextuais à esquerda de *voto por interesse*. Locutor se apropria de uma norma criada (*voto DC interesse*) para construir sua argumentação retórica, contrária à argumentação da norma imposta pelos *analistas*. Se empresários podem votar por interesse, nordestinos podem da mesma forma. O bloco *voto DC interesse* é retomado no enunciado seguinte:

(17) Quando ruralistas votam num candidato na esperança de conseguir mais incentivos, o que é comum, não é voto interesseiro?

Onde teremos mais uma AE de *voto por interesse*:

ruralistas votam para conseguir mais incentivos DC voto por interesse

O locutor iniciou uma cadeia de retomadas para demonstrar que empresários e ruralistas votam por interesse, da mesma forma que nordestinos. Sendo assim, por que chamar apenas os nordestinos de subeleitores? Fica clara a oposição a essa ideia, logo, podemos dizer que se a opinião dos analistas é o aspecto A DC B de BS1, a do locutor é o aspecto A PT neg B (voto PT neg interesse), que é o aspecto converso de A DC B. O aspecto converso apresenta opiniões contrárias dentro de uma mesma interdependência semântica.

No enunciado seguinte o locutor, depois de deixar clara a norma que defende, traz de volta a *e*:

(18) Mayara não deixa de ser o produto de uma estratégia perigosa, a divisão ideológica entre bem e mal.

Temos como AE da *e*:

Mayara Petruso DC produto da estratégia de divisão ideológica entre bem e mal

No enunciado seguinte temos:

(19) Foi essa perspectiva, cara ao vice Índio da Costa, que José Serra adotou. A revista Veja e o jornal Estado de S. Paulo deram aval a essa idiotice retrógrada. Uau!

Que apresenta como AI:

revista Veja e Jornal Estado de S. Paulo DC concordância com a divisão ideológica

E como AE à direita de *concordar com a divisão ideológica* temos:

concordar com a divisão ideológica DC ser idiota

O locutor discorda da opinião da Veja e do Estado de São Paulo. Essa ideia retoma o enunciado (18) que mostra que *Mayara Petruso* está incluída nessa divisão ideológica. Sendo assim, podemos afirmar mais uma vez que a *e* é definida como idiota. Nesse terceiro parágrafo o locutor inseriu uma opinião política, e utilizou a *e*, que foi definida no primeiro parágrafo, para corroborar seu posicionamento.

Passemos agora ao último parágrafo da crônica. Iniciado por:

(20) O PSDB, que nasceu pretendendo ser moderno e racional, podia mais. Veja, que se acha mais moderna do que os modernos, acabou por produzir leitores Mayara.

Nesse primeiro enunciado do último parágrafo, vemos a relação direta com o parágrafo anterior e também com a retomada da entidade *e*. Podemos estabelecer os seguintes encadeamentos:

PSDB deveria ser moderno e racional PT neg é

Veja deveria ser moderna PT neg é

A partir desses dois encadeamentos podemos criar mais uma AE contextual para a nossa *e* em estudo:

Mayara Petruso DC neg moderna e racional

Seguimos:

(21) Isso não tem a ver com partidarismo como imaginam os mais simplórios ou ideológicos. Eu jamais terei partido.

O locutor se afirma como o eu do discurso apontando que não tem partido, expresso por:

locutor desse discurso DC neg partido

O locutor corrobora com essa ideia acrescentando o seguinte enunciado:

(22) Meu único capital é a independência selvagem. Sou a favor do voto de castidade partidária para jornalistas.

Que representa a ideia de que:

jornalistas DC neg envolvimento partidário

Tanto (21) quanto (22) expressam a ideia de que pessoas que trabalham com jornalismo não devem se identificar com ideias políticas de um partido. Depois temos:

(23) Tudo pela liberdade de dizer que quem acha o Bolsa-Família um incentivo à vadiagem pensa como Mayara.

Nesse enunciado o locutor justifica a ideia criada por (21) e (22) através da ideia de que, por não ter envolvimento com partidos políticos, pode criticar à vontade qualquer um deles. Nesse caso o partido que afirma ter criado Mayara Petruso. Então (23) mostra que:

achar Bolsa-família incentivo à vadiagem DC pensar como Mayara Petruso

Como vimos até o momento nessa análise, a entidade *Mayara Petruso* orienta para algo negativo. Nos primeiros momentos da crônica ainda não temos um sentido melhor construído para essa *e*, logo podemos dizer que sua parte vazia é maior do que a cheia, no entanto ao longo do texto, temos vários acréscimos de argumentações externas à *e*, e isso acaba por diminuir a parte vazia, tanto que nesse ponto do texto já é possível perceber que *e* orienta para uma conclusão negativa. Vamos então ao último momento do texto:

(24) Esse foi o principal erro tucano na campanha eleitoral: ter guinado à direita para tentar seduzir as Mayaras, que arrastaram um intelectual progressista como Serra para o reacionarismo rasteiro do Estadão e da Veja. Mayaras, nunca mais!

Criamos o seguinte encadeamento:

guinada à direita para seduzir Mayaras DC erro na campanha eleitoral

Mais uma vez vemos a crítica do locutor à política, nesse caso do partido de José Serra, o PSDB. O locutor associa a ideia da entidade *e* também a um erro eleitoral. Temos assim o momento final da construção do sentido de *Mayara Petruso* nesse objeto de estudo.

Não podemos esquecer de um fator importantíssimo para nossa análise: o título da crônica. É preciso deixar claro os motivos para termos resolvido estudar o título após uma análise detalhada do texto. Quando nos deparamos com *Patricinha*

fascista, temos uma forma em que a parte vazia é significativamente maior do que a cheia. É interessante notar que esse sintagma criado pelo locutor parece só assumir sentido quando lemos o texto, pois as duas palavras possuem orientações que parecem não formar um sentido, enquanto *Patricinha* orienta para a ideia de *pessoa do sexo feminino que gasta dinheiro alheio com futilidades* enquanto *fascista* orienta para *pessoa que tem envolvimento político com as ideias do movimento fascista*.

Como então relacionar essas duas ideias presentes no sintagma? Acreditamos que apenas com o estudo do objeto como um todo teremos o sentido dessa entidade. No texto temos a presença de duas personagens femininas estudadas como entidades separadas: *Mayara Petruso* e *Dilma*, no entanto *Dilma* aparece uma única vez, e não temos outra referência a essa entidade, enquanto a *Mayara Petruso* possui uma AI e uma série de AE contextuais que lhe atribuirão sentido. Sendo assim, podemos dizer que o *Patricinha* do título está ligado semanticamente a *Mayara Petruso*. O sentido dessa entidade é criado nos dois primeiros parágrafos e depois é retomado com pequenos acréscimos nos dois parágrafos seguintes, onde temos a apresentação da ideia política do locutor. Vimos que *fascista* está orientada para continuações que envolvam política. Sendo assim, podemos dizer que esses dois parágrafos representam uma ideia sobre a segunda palavra do sintagma (*fascista*).

Vejamos os encadeamentos referentes a *e Mayara Petruso*:

AI: patricinha paulista e estudante de direito que não era famosa em t0 DC famosa em t1 graças ao twitter

AE: comentou de modo agressivo DC Mayara Petruso

AE: Mayara Petruso DC burrinha racista

AE: Mayara Petruso DC idiota

AE: Mayara Petruso DC opinião média difundida na Internet

AE: Mayara DC mulinha

AE: Mayara Petruso DC viagem a Europa para comprar bolsas Vuitton

AE: Mayara Petruso DC neg observação ao cotidiano europeu

AE: Mayara Petruso DC produto da estratégia de divisão ideológica entre bem e mal

AE: Mayara Petruso DC neg moderna e racional

No primeiro encadeamento temos uma AI, que serve para demonstrar o início de uma cadeia coesiva de retomadas discursivas. As AE que seguem essa AI, constroem o sentido da entidade. Percebemos que algumas escolhas lexicais presentes nas AE orientam para negatividades. Assim, percebemos que o sentido que está sendo criado para a entidade é negativo. Como vimos anteriormente, a e está relacionada com a primeira palavra do título, sendo assim podemos criar ainda a AE:

Mayara Petruso DC patricinha

Vejamos agora uma aproximação dos encadeamentos que dizem respeito à política de acordo com os dois últimos parágrafos do texto:

analistas sugerem que nordestinos votaram com o estômago DC são subeleitores

empresário vota para reduzir impostos DC vota por interesse

voto com o estômago DC voto por interesse

ruralistas votam para conseguir mais incentivos DC voto por interesse

locutor desse discurso DC neg partido

jornalistas DC neg envolvimento partidário

A partir dos enunciados acima, podemos concluir que existem votos que são dados por interesse. E, nesse caso, *interesse* possui uma orientação para uma continuação negativa, pois o locutor discorda da norma *voto DC interesse*. E concluimos também que o locutor do discurso afirma que jornalistas não devem ter partido político. Entretanto, isso ainda não constrói de forma satisfatória o sentido da entidade *fascista*, enquanto adjetivo para a primeira palavra do sintagma *Patricinha*

fascista. Sendo assim, vejamos uma AI para a entidade *fascismo* que dá origem ao adjetivo *fascista* e a entidade que estamos estudando no momento:

supressão da individualidade pela força do Estado DC unificação do povo

A AI de fascismo associada às ideias sobre políticas trazidas pelo locutor cria o encadeamento:

fascista DC neg interesses individuais

Dessa maneira podemos dizer que fascistas não teriam votos por interesse individual, apenas votos que corroborassem com a ideia totalitária do estado. A orientação de *patricinha* mostra uma pessoa individualista, no entanto a orientação de *fascista* nos leva para a supressão da individualidade, logo teremos uma entidade paradoxal. O sentido de *patricinha fascista* só é compreendido ao longo do texto. Podemos então criar o seguinte encadeamento para representar a ideia presente nesse objeto de estudo:

patricinha DC neg individualismo

Esse é um encadeamento paradoxal, pois o segundo segmento nega uma argumentação externa possível do primeiro, mas só percebemos através da análise do texto detalhadamente, a partir da criação de cadeias coesivas, argumentações internas e argumentações externas, sendo assim essa entidade, da mesma forma que *Maluco Beleza*, é um paradoxo contextual, de acordo com a nomenclatura escolhida para este trabalho.

Não podemos deixar de notar que as análises do segundo texto foram mais complexas e os encadeamentos criados foram mais extensos. Acreditamos que isso se deve à quantidade de itens léxicos em cada objeto. O primeiro possui menos palavras, seus enunciados são mais curtos, assim acabamos construindo

encadeamentos mais simplificados, enquanto no segundo, os enunciados são mais longos e em alguns momentos fizemos análises de entidades que continham mais de um enunciado. Isso acaba criando encadeamentos mais longos e em determinados casos foi preciso criar uma AI de algum léxico utilizado no encadeamento para que seu sentido tivesse uma melhor compreensão.

Encerramos o segundo capítulo de análises — o terceiro desta dissertação — com a ideia de que existe um tipo de paradoxo que só é compreendido quando estudado contextualizado, passaremos a seguir para as considerações finais.

Considerações finais

O presente trabalho analisou o paradoxo do ponto de vista da semântica argumentativa, para isso foi utilizada a Teoria dos Blocos Semânticos de Oswald Ducrot e Marion Carel como principal fundamento teórico. Para o bom entendimento dessa teoria estudamos também a Teoria da Argumentação na Língua. A TBS mostrou que o paradoxo linguístico acontece dentro do contexto discursivo. Apesar de parecer redundante, a frase anterior se justifica por termos estudado o paradoxo no uso da linguagem e analisando apenas as informações linguísticas presentes, sem a interferência de elementos extra textuais. Acreditamos que não apenas o paradoxo, mas a enunciação em si, deve ser estudada enquanto objeto linguístico. Outras análises poderiam ter sido feitas, utilizando outras áreas do conhecimento e serem igualmente válidas, entretanto as escolhas teóricas feitas desde o início dos nossos estudos conduziram para um viés puramente linguístico.

Na fundamentação teórica exploramos os conceitos saussurianos de signo e valor linguístico e a ideia de relação, que foi parte fundamental para esse trabalho, pois tanto Benveniste quanto Ducrot constroem pensamentos que utilizam a relação como ideia presente. Sobre Saussure ainda trabalhamos com a Nota sobre o discurso, nota manuscrita pelo linguista e transcrita no livro *Escritos de Linguística Geral*. Essa nota mostrou a importância dada ao discurso. Ainda na fundamentação teórica, vimos alguns artigos de Benveniste que corroboraram com nossos estudos sobre a enunciação, principalmente colocando-a como criada por uma *pessoa* em um *tempo*, fato que nos levou a prestar atenção à noção de locutor e também nos fez perceber que um enunciado nunca é repetível, pois o tempo sempre será distinto e o locutor também pode ser.

Além do citado acima, o signo vazio de Benveniste foi estudado nessa dissertação. Procuramos compreender o que o linguista entendia por vazio e debater sobre a utilização desse termo. Benveniste coloca como vazio uma partícula que não tenha significado quando deslocada de dentro do enunciado, mas as reflexões aqui propostas mostraram que essa partícula dita vazia, pode ter significado. Não um significado completo, mas algum significado, pois, mesmo deslocada, acreditamos que essa partícula pode significar o suficiente para o interlocutor continuar com o diálogo fazendo uma pergunta. Então, se o interlocutor entende que

o significado é insuficiente e formula uma pergunta para o locutor inicial, é sinal de que algum sentido existe nessa partícula, caso contrário nem mesmo essa pergunta poderia ter sido formulada. O que queremos deixar claro é que chamar um signo, ou forma, de vazio, parece tirar-lhe totalmente o sentido e isso não é o que acontece na enunciação. Temos sim uma parte vazia, mas também temos uma cheia, uma parte que significa. A relação das partes dentro da partícula lhe conferem o sentido e a relação da partícula com outras partículas, ou itens lexicais, constroem enunciados de acordo com as escolhas dos locutores.

Essa noção de vazio pode se juntar com a ideia de orientação, conforme vimos durante este trabalho. Quanto menor a parte vazia, ou seja quanto mais cheia é a palavra, menor possibilidades de continuações teremos, sendo assim a orientação levará para menos possibilidades de continuação. Uma parte vazia maior orientará para um número maior de continuações. Foi interessante observar que o paradoxo linguístico possui duas orientações, cada uma pertencente a um bloco semântico oposto, e isso fazia com que a entidade lexical fosse reconhecida como um paradoxo. Em nossos estudos percebemos que certos paradoxos são entendidos sem a necessidade de um contexto. A esses paradoxos demos o nome de estruturais, pois na sua própria constituição são visivelmente paradoxais. Foi o caso das palavras e sintagmas apresentados no segundo capítulo.

Por outro lado, propomos uma nova classe de paradoxo, os ditos contextuais, que são aqueles que necessitam do entendimento do contexto para serem reconhecidos como paradoxos, é o caso de *Maluco beleza* e *Patricinha fascista* apresentados no terceiro capítulo. Em um primeiro momento esses sintagmas não ficam evidenciados como paradoxos claros, mas depois que analisarmos o texto no qual estão inseridos, uma letra de música e uma crônica, respectivamente, perceberemos que se trata de paradoxos, pois os autores do texto, os locutores, criaram um contexto em que esses sintagmas apresentam orientações opostas em sua constituição, configurando-os como paradoxais.

De modo geral sobre as análises, ficou claro que cada objeto necessita de uma metodologia própria, ou seja, não podemos postular uma metodologia que abarque todos os exemplos da linguagem, por isso em cada objeto estudado fizemos a análise da forma que parecia mais proficiente: em alguns casos iniciamos pela argumentação interna e em outros pela externa, por exemplo. O que parece ser

uma constante no estudo do paradoxo é a inversão do conector. Ao invertermos o conector do encadeamento que criamos para a entidade paradoxal, verificaremos que ele se tornará doxal. Isso acontece desde as palavras paradoxais até os exemplos de paradoxo contextual.

A proposta do paradoxo contextual é uma tentativa de levar adiante os estudos sobre o paradoxo até o momento, considerando objetos maiores do que enunciados. Não temos o intuito de contestar ou recriar momentos das teorias estudadas, mas sim propor novas reflexões que podem servir para estudos futuros.

Referências

BENVENISTE, Émile. A linguagem e a experiência humana. In BENVENISTE, Émile. **Problemas de linguística geral II**. Tradução de Eduardo Guimarães et al., Revisão técnica da tradução Eduardo Guimarães. 2ª edição. Campinas: Pontes, 2006.

_____. Da subjetividade da linguagem. In BENVENISTE, Émile. **Problemas de linguística geral I**. Tradução de Maria da Glória Novak e Maria Luisa Néri, Revisão do Professor Isaac Nicolau Salum. 5ª edição. Campinas: Pontes, 2005.

_____. O aparelho formal da enunciação. In BENVENISTE, Émile. **Problemas de linguística geral II**. Tradução de Eduardo Guimarães et al., Revisão técnica da tradução Eduardo Guimarães. 2ª edição. Campinas: Pontes, 2006.

BORGES, João Henrique Casara Borges. **A construção do sentido em Pão de cada dia de Gabriel, o Pensador à luz da Teoria dos Blocos Semânticos**. 50 p. Trabalho de Conclusão de Curso, Faculdade de Letras, Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

CAREL, Marion; DUCROT, Oswald. As propriedades linguísticas do paradoxo: paradoxo e negação. In: **Língua e Instrumentos linguísticos**. Pontes: Julho/Dezembro 2001. nº 8. Tradução: Sheila Elias de Oliveira

_____. O problema do paradoxo em uma semântica argumentativa. In: **Língua e Instrumentos linguísticos**. Pontes: Julho/Dezembro 2001. nº 8. Tradução: Sheila Elias de Oliveira

DUCROT, Oswald e CAREL, Marion. Descrição argumentativa e descrição polifônica: o caso da negação. **Letras de Hoje**, Porto Alegre, Volume 43, Número 1, páginas 7-18, janeiro/março de 2008. Tradução: Leci Borges Barbisan.

_____. Argumentação retórica e argumentação linguística. In **Letras de Hoje**, Porto Alegre, volume 44, Número 1, páginas 20-25, janeiro/março de 2009.

_____. Argumentación interna y argumentación externa. Conferencia 3. In: CAREL, Marion; DUCROT, Oswald. **La semántica argumentativa. Una introducción a la Teoría de los Bloques Semánticos**. Edición literaria a cargo de María Marta Negroni y Alfredo M. Lescano. 1 ed. Buenos Aires: Colihue, 2005. p. 51 - 85.

_____. Enunciação. In **Enciclopédia Einaudi**. Volume 2. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1984. Páginas 386-393.

_____. Introducción – conferencia 1. In: CAREL, Marion; DUCROT, Oswald. **La Semántica Argumentativa. Una introducción a la Teoría de los Bloques Semánticos**. Edición literaria a cargo de María Marta Negroni y Alfredo M. Lescano. 1 ed. Buenos Aires: Colihue, 2005. p. 9 - 22.

_____. La polifonía en lingüística In: DUCROT, Oswald. **Polifonía y argumentación. Conferencias del seminario teoría de la argumentación y análisis del discurso**. 1 ed. Cali: Universidad del Valle, 1988. p. 15 - 30.

_____. Los bloques semánticos y el cuadrado argumentativo – conferência 2. In: CAREL, Marion; DUCROT, Oswald. **La semántica argumentativa. Una introducción a la Teoría de los Bloques Semánticos**. Edición literaria a cargo de María Marta Negroni y Alfredo M. Lescano. 1 ed. Buenos Aires: Colihue, 2005. p. 27 - 47.

_____. **O dizer e o dito**. Revisão técnica da tradução Eduardo Guimarães. Campinas: Pontes, 1987.

FLORES, Valdir do Nascimento; BARBISAN, Leci Borges; FINATTO, Maria José Bocorny; TEIXEIRA, Marlene. **Dicionário de Linguística da Enunciação**. São Paulo: Contexto, 2009.

GRÉGIS, Rosi Ana. O paradoxo na Teoria da Argumentação na Língua: uma questão lingüístico-argumentativa. **Acta Scientiarum. Language and Culture**. Maringá, volume 31, número 2, p.195-204, 2009.

NEGRONI, Maria Marta Garcia. **Arugumentación y sentido. Una aproximación a la semántica argumentativa (De la teoría de los topoi a la teoría de los bloques semánticos)**. Curso ministrado na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. De 2 à 4 de Junho de 2009.

SAUSSURE, Ferdinand. **Curso de Lingüística Geral**. Organizado por Charles Bally, Albert Sechehaye com a colaboração de Albert Riedlinger. 27 ed. Tradução de Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix, 2006.

SAUSSURE, Ferdinand. **Escritos de Lingüística Geral**. Organizados e editados por Simon Bouquet e Rudolf Engler com a colaboração de Antoinette Weil. Tradução de Carlos Augusto Leuba Salum e Ana Lucia Franco. São Paulo: Cultrix, 2002.